

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para esta dissertação de mestrado aborda um estudo importante na economia goiana – a crise da mineração de esmeraldas no município de Santa Terezinha de Goiás – e entrelaça-se com problemas econômicos de âmbito nacional e internacional, com o objetivo de evidenciar as dificuldades escolares vivenciadas pelas crianças, as quais ficaram sem seus pais, que foram embora em busca de trabalho e verificar as Políticas Públicas de apoio às famílias impactadas pela crise mineradora em Santa Terezinha de Goiás.

Nesse sentido foram feitos os seguintes questionamentos: qual o impacto social gerado pela crise garimpeira e seus reflexos nas famílias impactadas por esta crise? Que programas sociais foram implantados para minimizar os problemas?

As hipóteses nos direcionam para as crianças e adolescentes que trazem para as salas de aula dificuldades de aprendizagem, falta de atenção, drogas, violências, prostituição e gravidez precoce e a necessidade da implantação de programas sociais para minimizar esses problemas.

O descobrimento de esmeraldas no município de Santa Terezinha de Goiás, no ano de 1980, provocou uma avalanche demográfica para o local, provocando uma verdadeira efervescência econômica, assim como a ampliação de um comércio de abastecimento de alimentos, roupas e instrumentos utilizados no garimpo. Cidades como Anápolis e Goiânia, animadas com a produção das esmeraldas, aumentaram a sua capacidade produtiva de alimentos, vestuários, calçados, móveis, eletrodomésticos, bem como o comércio de produtos para construção civil e a vendas de carros.

Mas não só o comércio goiano foi afetado pelas descobertas das esmeraldas; também outras regiões do Brasil sofreram a influência desse novo produto mineral e do importante mercado consumidor que se formou tão rapidamente.

Portanto, consideramos relevante o estudo dessa conjuntura histórica, devido à amplitude do tema, uma vez que ele oferece uma contribuição ao esclarecimento de tão importante capítulo da história econômica e social de Goiás.

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, levantamento de documentos e depoimentos embasados na história oral. Segundo Le Goff (apud SILVA, 2006, P.17) “Há que tomar a palavra como documento no sentido mais

amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem ou de qualquer outra maneira”, portanto, os depoimentos aqui esboçados tornam-se fidedignos e plenamente autorizados pelos depoentes, com registro em cartório das devidas autorizações de uso.

Por meio da história oral foram colhidos depoimentos dos moradores mais antigos e de garimpeiros que guardam em suas memórias o contexto histórico da descoberta do garimpo e suas repercussões na vida dos moradores. Segundo Marques dos Santos (1997, apud SILVA, 2006, p.19) a memória é um meio para obter identidade.

No conceito de Halbwachs (1990, apud SILVA, 2006), a memória social é aquela existente nas famílias, como em cada pessoa, nas pequenas cidades, nas praças, nas tradições, nas festas populares, não se encontrando somente nos prédios institucionalizados, nas grandes cidades. Nessa perspectiva a memória deve ser, não apenas um objeto de pesquisa, mas também um objeto de estudo, cabendo ao pesquisador revisitar o passado, reinterpretando sob nova ótica o fato histórico acontecido.

Segundo Thomson, (1997, apud SILVA, 2006) “construímos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social”.Assim sendo a história e a memória foram essenciais para o desenvolvimento dessa dissertação.

A pesquisa oferece aos leitores subsídios para planejamento de políticas públicas para áreas de mineração que também sofreram impactos com a crise da produção de esmeraldas.

A bibliografia consultada inclui obras clássicas sobre a história das cidades mineradoras, como *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, de autoria de Mafalda P. Zemella, e *Desclassificados do Ouro*, de Laura de Mello e Souza. Também foram pesquisados alguns documentos inéditos publicados pela Secretaria Municipal da Educação de Santa Terezinha de Goiás.

Quanto ao plano de desenvolvimento do tema, este se inicia com uma discussão teórica sobre as origens e características das cidades mineiras brasileiras, no sentido de avaliar o fenômeno de rápido crescimento demográfico ocorrido no século XVIII com as descobertas das minas em Minas Gerais e em Goiás. A intenção é de conhecer os aspectos históricos da cidade de Santa Terezinha de Goiás, no século XX, incluindo a época áurea do garimpo, culminando com a crise de produção de esmeraldas. Buscou-se, ainda, verificar se a crise econômica e social que se instalou após a decadência das minas se manteve, ou se novas estratégias de recuperação econômica foram adotadas pela iniciativa privada ou por parte do

governo estadual. Em seguida, partimos da descoberta das esmeraldas, que é o fenômeno que explica o rápido crescimento demográfico em Santa Terezinha de Goiás, e a consequente ampliação dos mercados de abastecimento às populações locais. Abordou-se o sonho concretizado do garimpeiro da riqueza rápida, bem como a crise que se instala após a queda da produção das pedras preciosas. Ressaltou-se a omissão do governo goiano no sentido de orientar a população em relação ao uso de técnicas corretas na extração das pedras sem comprometer o meio ambiente, bem como na venda do produto para o mercado nacional e internacional. Estudamos ainda as consequências sociais decorrentes da crise da mineração, notadamente o fluxo migratório das famílias locais, que, sem meios para sustentar seus filhos, resolvem migrar para a Europa em busca de empregos, deixando para trás filhos e esposas com parentes. Essas famílias, abandonadas “temporariamente”, têm gerado uma série de problemas sociais, notadamente os filhos, com reflexos em um baixo desempenho escolar, uso de bebidas alcoólicas, gravidez precoce e falta de perspectiva de vida.

Por último, foi avaliada a iniciativa da implantação de projetos sociais por parte da administração municipal, no intuito de minimizar os efeitos sociais e econômicos decorrentes da crise do garimpo, com a criação de programas sociais voltados para atender às famílias impactadas vítimas da crise da mineração, com a oferta de cursos de profissionalização, assistência psicológica e revigoração da economia local com oferta de novos empregos.

CAPÍTULO 1 – GÊNESE E CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES MINEIRAS

1.1 AS CIDADES NA HISTÓRIA: CONCEITOS E REFLEXÕES

Conceituar o espaço cidade demanda uma revisão de diversas definições de diferentes correntes teóricas, perpassando os conceitos das áreas de geografia, sociologia, urbanismo, arquitetura, direito, entre outras. Historicamente, a cidade tem sido entendida, segundo Monte-Mór (2001), como um estágio posterior ao desenvolvimento agrícola, ocorrido a partir da Revolução Neolítica, que tornou possível a existência de um excedente alimentar regular. Este excedente, resultante de uma maior complexidade da divisão do trabalho no interior de uma comunidade nucleada em uma aglomeração rural, uma aldeia, permitiu a uma parcela de a população desvincular-se das atividades ligadas à provisão de alimentos, passando assim a controlá-lo. Para o referido autor, emerge assim uma classe dominante, e a cidade surge como uma necessidade de distinção espacial, como o *locus* daquele excedente coletivo, definindo um espaço que se constitui por sua vez no *locus* do poder naquela comunidade.

Para Monte-Mór (2001), na cidade antiga das sociedades teocráticas, a cidade é também, e prioritariamente, o *locus* da festa, da expressão cultural e religiosa, manifesta no templo, no palácio, no adro, na praça, a um só tempo expressão do excedente, do poder e da festa. A cidade surge então como um espaço de distinção e inovação social (e tecnológica) que se impõe econômica, política e culturalmente ao conjunto da sociedade em que se insere.

Para Marx (1978), a separação entre cidade e campo está na base da divisão entre trabalho material e mental, e se estende da transição da barbárie à civilização, até hoje. Tomada nesse sentido, a cidade é externa à produção propriamente dita, e o campo necessariamente precede a cidade assim como a agricultura precede à indústria (tomada em caráter amplo). Em outras palavras, é a produção de um excedente agrícola que permite a constituição da particular concentração espacial de uma classe dominante que controla o excedente coletivo, usado para o autoconsumo da comunidade e/ou troca com outras comunidades.

A existência da cidade é, então, garantida por sua diferenciação e afastamento relativo do espaço da produção, constituída assim como o *locus* do controle político – a *cidade política*.

Henri Lefebvre (1972), que trabalhou extensivamente as relações campo-cidade no capitalismo contemporâneo, argumenta que a *cidade política* eventualmente se transforma em *cidade comercial*, na medida em que a produção se volta para o mercado e demanda sua realização no interior da própria cidade.

1.2 AS CIDADES MINERADORAS NO BRASIL: INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Brasil, ao final do século XVII, ainda se caracterizava como um extenso território de baixa ocupação populacional, concentrada na sua extensa faixa litorânea. Poucos centros comandavam a extração de recursos naturais, em amplas regiões, e apenas um deles talvez pudesse merecer o título de cidade: Salvador, sede do governo geral da colônia. O restante das povoações e núcleos que poderiam compor o que se chamaria de “rede urbana” eram aldeias, acampamentos, povoados, missões e, em casos especiais, *vilas*.

O sistema colonial baseado no latifúndio auto-suficiente, o trabalho escravo e o monopólio comercial da Coroa Portuguesa impediam a expansão e a consolidação da base urbana. Assim, ainda que na segunda metade do século cidades como Belém, Recife/Olinda e Rio de Janeiro tivessem ampliado seu papel comercial face à expansão do comércio marítimo e das grandes potências mercantis europeias – Inglaterra, Holanda e França –, a colônia ainda apresentava uma estrutura espacial desarticulada, com fraca base urbana.

As cidades mineiras que começam a surgir com a descoberta do ouro e diamante em Minas Gerais e marcou o processo de colonização do Brasil. Com a descoberta dessas minas cerca de 600.000 pessoas migraram para o interior do Brasil.

Segundo Palacín & Sant’Anna Moraes (2006 apud Silva 2006 p.18) “de São Paulo saíram as bandeiras que, buscando índios cada vez mais escassos, chegavam com frequência até o extremo norte de Goiás, região do Estreito”.

Ainda segundo os mesmos autores:

As capitâneas de Minas foram, durante o século XVIII, Goiás e Mato Grosso. Era interesse do governo – segundo a mentalidade mercantilista de especialização para a

exportação – concentrar todo esforço na produção do ouro; com essa finalidade, proibiam ou dificultavam outros ramos de produção. Poderíamos citar, como por exemplo, a proibição de engenhos de açúcar em Goiás. (PALACÍN & SANT’ANNA MORAES, 2006)

Ainda segundo Silva (2006) a Coroa Portuguesa passou a exercer forte controle da produção mineral, exigindo a urbanização dos sítios produtores e a instituição de normas rígidas de fiscalização, cuja infração era passível de severas punições. Os homens livres e sem posses, inaptos perante a Coroa de sustentar produções regulares, se viram então forçados a buscar lugares ermos. Esses lugares eram denominados de grimpas das serras, para ali praticarem suas lavras distantes das autoridades.

Assim, os chamados garimpeiros deram origem ao termo garimpeiro. “As condições adversas de vida e trabalho, somada às dificuldades de obtenção de suprimentos e de venda de produtos, sob forte repressão, favoreciam a coesão grupal, como também o desenvolvimento de traços culturais próprios” (DNPM, 1993).

Segundo Zemell (1990), a surpreendente migração ocorrida a partir da descoberta do ouro, em 1695, na Capitania de Minas Gerais, e em 1725, na Capitania de Goiás, apesar da baixa densidade de ocupação do território e das dificuldades de transporte em área tão inóspita, nas montanhas, na mata atlântica ou nos áridos sertões, foi responsável pela efetiva ocupação da área interior da colônia. Mesmo frágil, a rede de lugares centrais de apoio à produção extrativa mineral (e à agropecuária) que se desenvolveu nas minas e em sua macro-região de influência a partir do século XVIII, teve impactos diretos em São Paulo e no Rio de Janeiro e estendeu-se do Rio Grande do Sul ao Piauí, além de desdobrar-se para oeste sobre o Planalto Central e seu derramamento para a Amazônia, significando um salto qualitativo e quantitativo na ocupação do território brasileiro.

De fato, a riqueza mineral, concentrada principalmente em Minas Gerais, integrou a colônia diretamente, por algumas décadas, ao centro motor da economia mercantilista mundial, permitindo interações políticas e culturais inimagináveis em colônia até então tão abandonada. E surpreendentemente, a periferia – no interior da colônia atrasada – em pouco mais de meio século produziu uma base cultural e artística de forte expressão autóctone.

Retomando ao tema de nosso estudo, ressaltamos que Santa Terezinha de Goiás, em pleno século XX torna-se, também uma cidade mineradora, com a descoberta de esmeraldas, conforme será evidenciado posteriormente.

1.3 CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES MINERADORAS NO BRASIL COLÔNIA

As cidades mineradoras do Brasil Colônia apresentam características singulares. A ocupação da área urbana era feita de forma irregular, e isso acabou se tornando uma tônica das cidades que nascem com a mineração. As construções de casas e barracos eram feitas de forma irregular, apressada e precária, tão logo eram anunciadas as descobertas de minérios. O governo metropolitano não investia recursos na infraestrutura, gerando muitas vezes o caos urbano. Além das irregularidades urbanísticas, ocorreram as irregularidades no âmbito jurídico, com áreas invadidas pelos mineiros e a ocupação de lotes sem os mesmos terem sido legalizados pelo governo. Em alguns casos, os primeiros mineradores que chegam ao local das minas se apropriam de áreas mais extensas e, posteriormente, passam o direito de ocupar os lotes clandestinos aos mineiros recém-chegados. Quando se instala o poder real nas minas, a distribuição dos lotes, segundo Souza (1985), era marcada pela injustiça, uma vez que os homens livres pobres, que não eram donos de escravos, não conseguiam possuir sua própria lavra. O critério da repartição das lavras era a capacidade de exploração do ouro, medida pela quantidade de escravos. Sobrava para os homens pobres a faiscagem, que mal dava para a subsistência.

Outra característica das cidades mineradoras é a permanente falta de alimentos. Segundo Souza os mineiros morriam à míngua “com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento” (SOUZA, 1985, p. 25). O fantasma da fome foi resolvido parcialmente com o abastecimento de carne oriunda da região sul do Brasil. Segundo análise de Wilson Cano (1977), 80% da população das regiões mineradoras do Brasil colonial se ocupavam da mineração; os 20% restantes não davam conta da oferta alimentar e dependiam de outras regiões do Brasil. No entanto, apesar de a economia mineira ter gerado efeitos produtivos na economia do sul, o ouro não estimulou outras formas de produção na região das minas, pois se importava a maior parte dos meios de subsistência. Dessa forma, verifica-se que os gastos com a manutenção dos escravos, o elevado nível cobrado pelo fisco real e o preço elevado das importações de alimentos e outros gêneros tornavam o saldo para o mineiro negativo. Poucos conseguiram fazer fortuna. A Coroa enriquecia, mas o mineiro ficava cada vez mais pobre.

Além de a pobreza ser uma característica das cidades mineiras, a prostituição era intensamente desempenhada. Muitas mulheres sozinhas, mães solteiras que tinham que sustentar seus filhos e a casa com o produto do seu trabalho, encontravam na prostituição, como uma alternativa de sobrevivência. Por fim, é importante destacar o elevado índice de

violência existente nas cidades mineiras. Conflitos por disputa de lavras, motivos passionais, roubos, tráfico, bebidas, acabavam elevando o número de assassinatos.

Torna-se importante destacar ainda que uma cidade garimpeira tem como principal característica a falta da criação de raízes dos garimpeiros com o local, ou seja, um garimpeiro só permanece enquanto está tendo produção, ou mesmo até que seja descoberto um outro garimpo melhor. Assim sendo as cidades ficam com uma população flutuante, saem os garimpeiros e permanecem os antigos moradores, se é que naquele local já havia moradores, caso contrário torna-se uma cidade fantasma.

1.4 A PERMANÊNCIA DE PROBLEMAS NAS CIDADES MINERADORAS NA ATUALIDADE

A exploração de minérios no Brasil ainda tem uma expressiva representatividade na economia nacional. Segundo o artigo publicado pela arquiteta Camila Vieira (2011) na revista do Instituto de Educação Tecnológica de Minas Gerais (IETC), a atividade mineradora corresponde a cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e emprega diretamente cerca de 100 mil pessoas, além de outras 500 que estão ligadas indiretamente ao setor.

No entanto, apesar da prosperidade trazida pela exploração mineral, a atividade ainda hoje acarreta consequências negativas para o local onde estão localizadas. Vários malefícios 5torno dessa atividade. A mineração apresenta ainda outro fator negativo: a limitação das suas atividades. Isso quer dizer que uma mina possui um tempo limite para sua exploração. O esgotamento de uma jazida quase sempre resulta em desemprego e subutilização da infraestrutura implantada, impactando de forma negativa a economia local. O crescimento desordenado é outro resultado típico das áreas de mineração. A população, atraída pela possibilidade de emprego, em grande parte não é contratada, pois não possui formação profissional e técnica consistente. Essa população crescente e sem emprego acarreta na área de mineração uma ocupação desordenada, em residências precárias e, muitas vezes, sem os serviços de água e esgoto, gerando áreas de risco social.

Vieira (2011) constata que as cidades que são ocupadas pela atividade mineradora crescem sem um plano global e não têm como prever os problemas, passando a administração local apenas a tentar saná-los. Ou seja, o orçamento público também é gasto sem um projeto adequado, não existindo um plano de metas e estratégias de crescimento local.

Outra consequência da mineração é a existência de uma população flutuante. A alta rotatividade na cidade faz com que os administradores das cidades tenham que exercer maior concentração para a elaboração de planejamentos a longo prazo. As pessoas vivem pouco tempo na cidade, sem criar vínculos com o local. Dessa maneira, grande parte do capital adquirido durante certo período de trabalho é transferido para outras cidades. A chegada de uma nova população gera novas demandas a serem atendidas. Muitas vezes, as cidades não possuem infraestrutura e serviços para atender a essas necessidades.

As cidades mineradoras, muitas vezes, sofrem expressivas consequências ambientais. A atividade mineira, quando praticada de maneira descontrolada, pode causar danos ao meio ambiente. É frequente as cidades mineradoras terem a sua paisagem natural alterada, com a remodelação de seu relevo. A questão da água também é muito séria: a necessidade de rebaixar o lençol freático, cada vez que a mineração o atinge, compromete as nascentes existentes e o abastecimento de água para a população. Existe, ainda, o problema da poluição dos córregos e do solo, causada pela lavagem do minério.

Todos os problemas identificados, sendo eles: economia relativa à mineração, o crescimento rápido e sem planejamento, a existência de uma população flutuante, o surgimento de novas demandas a serem atendidas e os impactos ambientais, podem ser evitados ou revertidos em possibilidades de novas atividades econômicas. A mineração pode trazer transtornos para uma região, porém, se planejada e aliada a soluções criativas para contornar seus malefícios, promove o desenvolvimento local e do país.

CAPÍTULO 2 – AS ESMERALDAS DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS: ORIGENS, APOGEU E DECADÊNCIA

2.1 AS ORIGENS DAS CIDADES MINERADORAS EM GOIÁS

A história de Goiás está ligada à descoberta de minérios. A ocupação inicial do território sócio-espacial da então Capitania de Goiás foi, segundo Bertran (1996), responsável pela precocidade e intensa concentração urbana ocorrida no século XVIII. As cidades mineiras que começam a surgir com a descoberta do ouro foram caracterizadas por uma economia e cultura urbanas expressivas e pela primeira integração de Goiás no espaço macro-regional do território brasileiro.

Em relação às origens da Capitania de Goiás, Doles (1980) afirma que a ocupação do território goiano ocorreu motivada pela busca de minérios. Enquanto o século XVII representou etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas pelos bandeirantes paulistas, durante a qual seu território tornou-se conhecido, no século seguinte, em função da marcha do ouro, foi ele devassado em todos os sentidos, estabelecendo-se a sua efetiva ocupação por meio da mineração.

Às descobertas iniciais, ocorridas nas partes sulinas de Goiás, foram-se sucedendo outras, rumo ao atual estado do Tocantins, e parte do território goiano foi sendo ocupado.

Entre 1727 e 1732, surgiram diversos arraiais, além de Vila Boa de Goiás: arraiais de Anta, Ouro Fino, Santa Rita, Guarinos, Iporá, Traíras, Cavalcante, São José do Duro, Chapada, Carmo, Pirenópolis, Santa Cruz, Jaraguá, Corumbá, Formosa, Luziânia. O achado do ouro promoveu a fixação do homem ao território goiano e lançou as bases da colonização portuguesa no Centro-Oeste, integrado, a partir de então, no contexto mercantil da colônia. Goiás passou a funcionar como área fornecedora de metais preciosos à metrópole.

As descobertas auríferas, na sua fase inicial, propiciaram elevado afluxo populacional. No entanto, a região, se visualizada no seu conjunto, não chegou a ser efetivamente ocupada. Os Arrais surgidos da mineração ficaram isolados, cercados por vastas extensões desérticas, sob o aspecto humano.

O povoamento de Goiás, até a metade do século XVIII, apresentava-se bastante concentrado, principalmente nas regiões centro-sul, em torno de Vila Boa, sede do governo da Capitania.

A partir de 1778, a produção bruta das minas de Goiás começou a declinar progressivamente, em consequência da escassez dos metais nas minas conhecidas e da ausência de novas descobertas. A decadência aurífera provocou alteração significativa no quadro da ocupação humana. A população de muitos dos arraiais surgidos com a mineração migrou para outras regiões, e a vida da capitania de Goiás ruralizou-se sob a égide da pecuária. Os efeitos negativos da crise da mineração em Goiás ultrapassaram as fronteiras da Capitania.

A grande demanda por mão de obra nas minas e a inviabilidade econômica e cultural, dada a proibição das “febres mineradoras” de se retirar tempo/trabalho da produção mineral para a produção alimentar e de serviços, face à enorme rentabilidade da atividade mineradora, gerou os mercados urbanos até então inexistentes nas regiões de economia de subsistência e/ou nas fazendas e engenhos escravagistas. O resultado foi o fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte etc. A crise da mineração afetou também essas regiões, especializadas em fornecer produtos para a área de mineração.

A descrição sobre o início da ocupação do território goiano é caracterizada por Nunes (2001):

O início da ocupação do território goiano é marcado por uma rápida e heterogênea concentração populacional, atraída pela descoberta das minas de ouro por Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz. A presença de homens de diferentes origens e classes sociais – portugueses, paulistas, nordestinos, homens livres. mestiços, escravos, índios, negros libertos – afastou a possibilidade de construção de relações familiares tradicionais, aos moldes da família patriarcal nordestina, escravista, latifundiária e monocultora, analisada por Gilberto Freyre. (NUNES, 2001, p. 61)

Segundo a referida autora, as características sociais predominantes nos núcleos urbanos de mineração são de uma população em sua maioria masculina, com elevado índice de violência, marcada por disputas pelo ouro, com uma localização próxima à área de mineração – em contrapartida a imensos vazios demográficos – e com a instalação de um severo controle fiscal metropolitano. A essas características somam-se, ainda, a mobilidade

contínua de aventureiros à procura do ouro e o reduzido número de mulheres brancas, o que certamente impediu a construção de laços familiares mais estáveis.

A decadência das minas de Goiás reorientou a ocupação do espaço produtivo goiano para uma agricultura de subsistência e para uma pecuária de pequeno porte. Desencantados com a extinção do ouro, os antigos garimpeiros se transformam em produtores de alimentos e a vida econômica no território goiano se isola do comércio regional e inter-regional. O isolamento de Goiás é quebrado apenas na década de 1930, com o programa do governo federal intitulado Marcha para o Oeste, quando então o Estado, beneficiado por vários projetos institucionais, se insere gradualmente no círculo do mercado nacional, como fornecedor de matéria prima para os centros industrializados do Brasil, instalados no sudeste do país.

2.2 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

O que difere um povo do outro, une e separa os indivíduos de tantas partes do mundo são seus hábitos, sua forma de demonstrar sentimentos, expectativas e suas manifestações espirituais, onde se refletem seus valores e sua história, compondo o que hoje entendemos como cultura.

A lei que criou o Distrito de Santa Terezinha de Goiás foi a Lei Municipal nº 19, de 22 de julho de 1963, aprovada pela Câmara Municipal de Pilar de Goiás–GO. Na época, foi nomeado como sub-prefeito o senhor Geraldo Batista Ferreira. A Lei Estadual que emancipou o município foi a de nº 4705, de 23 de outubro de 1963, sendo que a posse foi no dia 1º de janeiro de 1964.

Às margens do rio Crixás, Santa Terezinha de Goiás é sede de um município emancipado há relativamente pouco tempo, em 1964. O município pertence à mesorregião norte do Estado, na microrregião de Porangatu e, corresponde ao quinto maior em extensão de sua microrregião. Situa-se à margem direita do rio Crixás-Açu.

O patrimônio cultural de Santa Terezinha de Goiás foi construído ao longo do tempo, por moradores antigos, mas com a participação de garimpeiros que emigraram para o município em busca das esmeraldas. Houve, então, um entrelaçamento da cultura goiana com a cultura de outras regiões do Brasil, notadamente a nordestina, que mesmo com o fim do garimpo permanece viva entre os moradores da cidade. Sendo assim, é possível afirmar que os garimpeiros deixaram suas marcas, perpetuando-se na cultura local.

Pimentel (2010) relata sobre as origens da cidade de Santa Terezinha, segundo a escritora:

Em 1953, a família Batista Ferreira saiu de Anápolis com o fim de conhecerem as terras compradas dos legítimos herdeiros. Da cidade de Itapaci em diante foi preciso abrir estradas, onde só havia trilhas de animais. Verdadeiros bandeirantes, venceram diversos obstáculos até alcançar o objetivo. Fizeram pontes de buritis, abriram estrada com foice, machado, enxadas, ferramentas rudimentares, cozinham em trempes, dormiram sob a luz das estrelas. Aqui chegando a primeira coisa que fizeram foi erguer uma cruz tosca e rezaram um terço. Essa cruz foi arrancada da praça da Igreja quando da construção do 1º jardim da praça José Batista Ferreira. A cidade desde o início recebeu este nome devido a devoção do fundador e por causa da fazenda ter este nome. Depois disto as mulheres fizeram os adobes e os homens ergueram uma igreja. Mas a primeira missa foi no dia 28 de julho de 1954, celebrada pelo Padre Luiz Olabamieta, a sombra de um pequizeiro. A pequena população vivia de modo rudimentar, toda mercadoria, por exemplo, era buscada em lombo de cavalo, usando-se cangalhas e buracas para carregar todo tipo de alimentação que precisava a população, de cidades distantes, estas viagens levavam semanas, meses, por falta de estradas.

Ainda segundo Pimentel (p. 19), a Igreja Católica contribui muito para o desenvolvimento da cidade: “o povo respeitava muito o padre, e também pelos ensinamentos desde a criação dos filhos, as brigas de vizinhos e até acalmar os ânimos políticos”, uma vez que a igreja tem como papel social a garantia de valores éticos e morais.

2.3 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

Santa Terezinha de Goiás localiza-se na microrregião de Porangatu, compondo a II mesorregião do norte goiano.

TABELA 01 – MICRORREGIÃO DE PORANGATU

Alto Horizonte	Montividiu do Norte
Amaralina	Mutunópolis
Bonópolis	Niquelândia
Campinaçu	Nova Iguaçu de Goiás
Campinorte	Porangatu
Campos Verdes	Santa Tereza de Goiás
Estrela do Norte	Santa Terezinha de Goiás
Formoso	Trombas

Mara Rosa	Uruaçu
Mináçu	

Fonte: IBGE (1983).

Santa Terezinha de Goiás é uma cidade pequena, localizada no norte de Goiás, a 300 km da capital do Estado, conforme pode ser observado no mapa a seguir:



Figura 1 – Mapa do Município de Santa Terezinha de Goiás

Fonte: PM de Santa Terezinha de Goiás

2.4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

As manifestações populares também estão presentes na cultura do município. Dentre elas, duas tradições católicas que persistem desde a fundação do município são as idas para as cidades de Guarinos (Festa do Divino Pai Eterno) e Muquém (Festa de Nossa Senhora da Abadia).

Até os dias de hoje, a folia também é muito presente na região, tradição deixada pelo Sr. Manoel Ribeiro, que comandava filhos e genros durante a Folia de Reis.

Santa Terezinha de Goiás celebra também o tradicional evento folclórico das Festas Juninas, alusivas aos Santos: São João, Santo Antônio e São Pedro. Acontece sempre na

segunda quinzena do mês de junho. Esta festa tornou-se tradição na cidade através dos nordestinos que ali chegaram, principalmente os baianos, que estavam acostumados com a tradicional festa nas cidades de Campo Formoso e Senhor do Bonfim. Quando chegava o mês de junho, muitos não podiam ir passar as festas na Bahia, então acabavam comemorando no próprio município, erguendo várias barracas, onde comercializavam comidas e bebidas típicas, com músicas e danças. Durante a festa, havia também apresentação de grupos de quadrilha.

Até hoje, a maior e mais importante festa do município é a Festa Junina, atualmente é denominada de Festa Agrojunina, herança dos nordestinos que residiram na época do auge do garimpo de esmeraldas. Muitos foram embora, poucos ficaram, mas a tradição desta cultura permaneceu até hoje entre os goianos.

2.5 O AUGE DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E RIQUEZA RÁPIDA

As áreas de garimpo oferecem um desafio para a gestão pública no Brasil, quando se observa sua vulnerabilidade ambiental, social, econômica e institucional. Quanto se descobre um garimpo numa determinada região, ele provoca profundas mudanças econômicas, que vão afetar o conjunto da sociedade e provocar alterações no estilo de vida de seus habitantes. A descoberta de jazidas de esmeralda no município de Santa Terezinha não foi diferente das demais localidades no Brasil. Após a descoberta de minérios, ocorreu neste município uma invasão de pessoas vindas de todos os lugares do Brasil e do exterior à procura das jazidas de esmeraldas, com objetivo de riqueza rápida.

Esse fenômeno de aglomeração de pessoas de um momento para o outro em regiões de garimpo foi comum em outras décadas. Segundo Samara (1998, p. 28):

A descoberta das minas de ouro na década de 1690 constituiu um pólo novo de colonização, deslocando o eixo econômico, antes localizado no Nordeste, para o Sul. Com uma vida urbana mais intensa, a região mineira atraiu pessoas em busca do enriquecimento e da aventura.

O garimpo, por ser uma forma de extrair riquezas minerais (pedras preciosas e semipreciosas são mais comuns), utiliza-se, na maioria das vezes, de poucos recursos, baixo investimento, equipamentos simples e ferramentas rústicas. O baixo nível de capital exigido para esta atividade acabou atraindo muitas pessoas, motivadas pelo sonho de se ficar rico num passe de mágica, assim como aconteceu nesse município. Este sonho desaparece de forma abrupta com o esgotamento das pedras, o que acaba gerando uma série de problemas que perduram para toda vida.

Soluções definitivas para esse problema estão muito longe de serem alcançadas. Isto porque os garimpos geram impactos não só no meio físico e biótico, como também no social. O estilo do garimpeiro está ligado à extração mineral – ficar numa determinada região até a exploração total do recurso natural. Encerrada a oferta de minérios, os garimpeiros partem para outro local, em busca de novas jazidas.

Palacín descreve bem as etapas do processo de mineração (1979, p. 11):

Suas fases são quase fatais: descobrimento: um período de expansão febril, caracterizado pela pressa e semi anarquia; depois, um breve, mais brilhante período de apogeu, e, imediatamente, quase sem transição, a súbita decadência, prolongada às vezes, com uma lenta agonia.

Vale ressaltar que um garimpo não gera somente riquezas, mas também ocasiona uma série de problemas, muitos deles de caráter social. Isso em virtude da baixa qualidade de vida dos trabalhadores do garimpo, que vivem sem nenhuma infra-estrutura (água tratada, saúde, escolas, entre outros), sem falar nos desastrosos impactos ambientais.

É impossível contar a história de Santa Terezinha de Goiás sem falar no garimpo de esmeraldas.

Tudo começou na administração do prefeito, Sr. Raimundo Fernandes da Silva, quando foram descobertas as primeiras esmeraldas, por volta dos anos de 1980. A memória da população local afirma que o patroleiro Diolino, trabalhando em um trecho da estrada que liga Santa Terezinha a Martinópolis, na estrada do Joaquim Fulor, percebeu que, após uma forte chuva que lavou o cascalho, surgiram várias pedrinhas verdes. Ele pegou parte dessas pedras e as levou para Santa Terezinha. Na região estava a passeio o ex garimpeiro Antônio Gusmão, grande perito em esmeraldas, cujo reflexo profissional levou-o a examinar aquele cascalho e constatou que naquela região existiam campos esmeraldíficos. Gusmão guardou por muito tempo o segredo da descoberta. Antônio Gusmão garimpou secretamente por vários dias, mas

antes de partir da cidade, carregando uma fortuna em pedras, revelou ao prefeito Raimundo Fernandes a fortuna que estava no subsolo do município.

O povoado onde estavam localizadas as esmeraldas ficou conhecido como Garimpo das Esmeraldas, a 22 quilômetros da sede, e pertencia ao município de Santa Terezinha de Goiás, na fazenda São João, terras que pertenciam ao senhor Sebastião Gambira. Há muitas contradições da memória popular quanto à descoberta do garimpo de esmeraldas. A afirmação de que a descoberta das esmeraldas estaria associada à patrula da estrada que liga Santa Terezinha de Goiás a Martinópolis gerou algumas dúvidas. Segundo alguns garimpeiros experientes da região, na beira desta estrada nunca foi encontrado nenhum veio de esmeraldas, e afirmam que as descobertas estavam no valentão (leito de um córrego onde foi encontrado o veio principal de esmeraldas), no trecho novo do garimpo de esmeraldas, e não à beira da estrada que liga Santa Terezinha a Martinópolis, como conta a história tradicional.

Portanto, através de depoimentos colhidos no município, foi possível verificar que há muitas histórias a respeito da descoberta das esmeraldas no município, entrelaçadas de mitos e fantasias.

Segundo Silva (2006) foram recolhidas duas versões sobre a história do Garimpo, uma que foi o patroleiro Diolino e outra que foi o garimpeiro Antonio Gusmão, que também era garimpeiro de ouro na região, e que recolheu algumas pedras e pensou que eram verdes e eram turmalinas. Antonio Gusmão levou as pedras para Governador Valadares, lá o povo conhecia e viu que eram esmeraldas, logo depois veio a invasão. Essas versões da história do Garimpo foram consideradas como narrativas que dialogavam entre si, enquanto buscavam refazer o passado. Para a maioria dos depoentes cabe ao patroleiro Diolino a descoberta das esmeraldas, porém, para os moradores mais antigos, o grande responsável pela descoberta foi o garimpeiro Antonio Gusmão, que levou um lote de pedras para Minas Gerais e lá descobriram que eram esmeraldas.

A notícia da descoberta das esmeraldas se espalhou por todo Brasil. Santa Terezinha de Goiás, que era uma pacata cidade no norte do Estado, local onde todos se conheciam, sofreu uma profunda transformação. Na cidade quase não havia violência ou prostituição. A diversão da população era banhar-se no rio Crixás, e organizar pequenas festinhas na casa de parentes e amigos.

Durante a Semana Santa de 1981, de acordo com os depoimentos fornecidos pelos antigos moradores, a cidade de Santa Terezinha foi invadida e passou do dia para a noite a ser

super povoada, vindo gente de vários lugares do Brasil, principalmente mineiros e nordestinos.

A década de 80 foi o período áureo do garimpo de esmeraldas, chegando a ter uma população de mais de 20 mil pessoas, segundo os dados do IBGE(XXX), com isso nasceu na mente dos garimpeiros e moradores do garimpo, a idéia de criar uma nova cidade, ou seja, emancipar-se da cidade de Santa Terezinha de Goiás.

Segundo Silva (2006)

O “garimpo” como era conhecido pertencia ao Município de Santa Terezinha de Goiás. Segundo a siebeira Maria Antonia de Jesus, conhecida por Maria do Palmiro, nascia na mente de alguns moradores a idéia de libertar-se de Santa Terezinha, ou seja, emancipar-se, tornar-se município.

Por intermédio das vozes dos moradores de Campos Verdes foi possível conhecer a mobilização dos diversos segmentos sociais em prol da emancipação.

Ainda segundo Silva (2006):

Foi feito o plebiscito para a emancipação, o qual teve 90% (noventa por cento) de sim para a emancipação. Após o plebiscito, o “garimpo” passou a denominar-se CAMPOS VERDES, tornando-se município pela Lei 10. 401 / 87 de 30 de dezembro de 1.987.(SILVA, 2006, p.39)

Em Campos Verdes as pessoas chegavam de diferentes regiões do Brasil para explorar o subsolo. Santa Terezinha entrou no mapa dessa riqueza mineral e suas pedras passaram a ser comercializadas em vários países do mundo.

No início da exploração, era possível ver as esmeraldas em baldes, em sacos, em mesas, expostas na rua. Tudo era feito de maneira muito primitiva, sendo as esmeraldas mostradas sem nenhum medo.

Diariamente, chegavam ao município centenas de pessoas para tentar a sorte com as pedras verdes. Segundo Macedo (2000, p. 29): “o mito do garimpo, como o lugar em que a sorte traz mudanças para melhorar, e a fantasia de uma vida mais tranquila justificavam os caminhos tortuosos e os esforços sobre-humanos”. É o que justifica a chegada das pessoas vindas de regiões distantes tentarem a sorte em um lugar longínquo, com péssimas estradas, longe de tudo, muitas vezes deixando famílias em outros garimpos.

A pequena cidade não possuía estrutura física e social para tanta gente. Conseguir uma casa para alugar na cidade naquela época era muito difícil – as pessoas moravam em pequenos quartinhos, e qualquer lugar servia para erguer um pequeno barraco. A cidade foi perdendo

seu traçado e estética. Qualquer lugar servia para os garimpeiros se acomodarem – o que eles queriam era encontrar esmeraldas e fazer fortuna.

Célia Pimentel, antiga moradora da cidade, conta em depoimento sobre essa invasão de mineiros:

Com a descoberta do garimpo, Santa Terezinha de Goiás se destacou no cenário brasileiro e mundial como *A Capital das Esmeraldas*. Foi nessa época que vieram levas de nordestinos, mineiros e outros para garimpar as faiscantes pedras de esmeraldas. A cidade ficou superpovoada, todos os quartos de pensões e hotéis ficaram ocupados. Proprietários de casas alugavam quartos, mudavam para casas menores e alugavam as casas onde residiam. Os becos serviam de moradas, pessoas construía quartos e mais quartos e alugavam, havia até barracas de lona e de plástico. (Entrevista em 30/06/2011)

Após sete meses de garimpo, a população passou de 6 mil habitantes para 30 mil habitantes com residência fixa e mais de 15 mil flutuantes.

Torna-se importante ressaltar que segundo Jakob e Barea (2000) em meados da década de 80, dentre os estados do Centro-Oeste, Goiás é aquele que apresenta o maior dinamismo econômico, perdendo apenas para o DF em receita de serviços, em razão da concentração das funções de governo na capital federal.

Além do mais, Goiás também apresenta uma maior diversificação da atividade econômica. Após 15 anos das modernas frentes de expansão, Goiás e Mato Grosso do Sul são os estados de maior dinamismo produtivo e tecnificação (IPEA/NESUR/IBGE, 1999). Nesse contexto, Santa Terezinha é destaque em crescimento, com o advento do garimpo.

As cidades circunvizinhas também crescem com o garimpo, uma vez que não existiam, no garimpo, acomodações para as famílias dos garimpeiros, não havia casas de alvenaria, supermercados, lojas, etc., isto fez com que o comércio e acomodações ficassem nas cidades do entorno do garimpo.

O depoimento a seguir, do Sr. Lucas Custódio, confirma a chegada de garimpeiros à cidade, procurando explorar o garimpo de esmeraldas:

Cheguei aqui em 81, vim do garimpo da Carnaíba/BA. Fiquei hospedado no hotel da Dona Maria Pociana. A cidade não tinha estrutura nenhuma para receber aquele tanto de gente, a energia era movida a motor com diesel, não tinha asfalto, para chegar ao garimpo precisava de carona, a estrada era de difícil acesso. Os garimpeiros ficavam hospedados aqui em Santa Terezinha, e todo o dia ia para o garimpo, trabalhar no trecho velho e no Valetão. Os donos destes serviços eram Dé, Nego Sindó e os paulistas; bons tempos eram aqueles. Naquela época ninguém nem

olhava para prefeitura, ninguém precisava. Vi muita gente ficar milionária: Domingão, Idelbrando, Toró, seu irmão Tião produziam milhões em esmeralda, iam para o Rio de Janeiro vender para os indianos. (Entrevista em 12/05/2011)

O auge do garimpo foi durante o governo do prefeito Fernando Soares (1983/1989), que era também nordestino, nascido em Pernambuco. A comercialização das esmeraldas era feita de várias maneiras, caracterizada pelo informalismo. Acontecia na cidade a Feira do Rato, que era o lugar onde mais se aglomeravam garimpeiros.

Em depoimento, o Sr. Eliesér Silva Machado, ex-garimpeiro, relembra sobre a Feira do Rato:

A Feira do Rato era um local onde os pequenos garimpeiros comercializavam suas pedras: era como se fosse uma feira normal, só que em todas as bancas havia esmeraldas para comercializar, aproximadamente 5 mil kg de esmeraldas eram vendidas por dia. Por ali passava em torno de 3 mil pessoas por dia. (Entrevista em abril/2011)

Tudo era aproveitado no garimpo, e a sieba é um exemplo disto. A sieba é também esmeralda, porém de tamanho e valor bem inferior, por isso os donos das minas acabavam jogando-a fora. Os pequenos garimpeiros que não tinham dinheiro para investimentos maiores iam para a frente desses grandes serviços e ali lavavam o que os grandes produtores jogavam fora, ou seja, o resto de terra misturado com pedras que se retira do subsolo. Daquele arrolho os siebeiros retiravam suas pedras preciosas e as revendiam ali mesmo. Muitos tinham a sorte de encontrar pedras extras e ficar ricos.

As grandes produções de esmeraldas eram limpas e escolhidas em lotes, por qualidade, e os garimpeiros iam vendê-las no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, as pedras eram mostradas aos indianos, em escritório de propriedade do Sr. Oscar Osledo, sendo ele considerado o maior e mais famoso intermediário das vendas.

No desejo de conseguir fortuna fácil, e vendo que os nordestinos e mineiros estavam ganhando muito dinheiro, os teresinenses, sem nenhuma prática de garimpo, associavam-se aos nordestinos ou mineiros e vendiam todos os seus bens: casa, fazendas, gado, e entravam para o ramo das esmeraldas. Para alguns, foi um bom negócio, pois ficaram ricos do dia para noite; para outros, foi uma desgraça, pois perderam tudo o que tinham e foram obrigados a trabalhar catando siebas de pouco valor.

Vinham compradores de todos os garimpos famosos: Teófilo-Otoni (Minas Gerais), Campo Formoso, Socotó, Carnaíba (Bahia) e também estrangeiros, principalmente da Índia, que foi o grande comprador das esmeraldas produzidas por aqui. No entanto, este comércio era feito de forma primária, pois os produtores não conheciam os valores comercializados no cenário internacional.

No ano de 1983, o município vive seu momento de glória, onde a população ficou inebriada pela possibilidade de riqueza rápida. Durante muito tempo, Santa Terezinha de Goiás foi a “Capital das Esmeraldas”, conhecida internacionalmente. A emissora de televisão Rede Globo esteve no município para registrar o crescimento do garimpo, tamanha foi a repercussão deste garimpo para o Brasil. Esta época ficou conhecida como o tempo das “vacas gordas”, quando todos viviam do lucro que gerava as esmeraldas. Muitas pessoas carregavam o dinheiro destas esmeraldas em sacos de linhagem, tamanho era o montante de dinheiro que corria na cidade. Esse mito de riqueza rápida embriagou os pacatos moradores, que também começaram a se interessarem por esta pedra de cor verde. Os moradores de Santa Terezinha de Goiás passaram a conviver com pessoas das diversas regiões brasileiras, cada um trazendo consigo seus saberes, práticas, tradições costumes e crenças.

Em pouco tempo foram instaladas na cidade agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Bradesco, do Bamerindus e do BEG (Banco do Estado de Goiás, hoje extinto), tudo para garantir os serviços bancários aos cidadãos. Segundo o depoimento do ex-gerente do Banco Bradesco, Sr, Jorge Braga, era preciso fazer fila para entrar em uma das agências bancárias, tamanho o volume de transações financeiras que eram realizadas.

O Bradesco em 89 tinha 36 funcionários. Vinha remessa de dinheiro de Brasília, de avião, para atender à demanda. As remessas de dinheiro eram procedentes do escritório do Sr. Oscar, ele era o intermediário entre os vendedores e comprados, ou seja, garimpeiros e indianos. Era muito dinheiro em circulação, o povo achava que o dinheiro não ia acabar nunca. A agência quase toda semana era quebrada as portas, pois os garimpeiros esperavam ansiosos a abertura para sacar o dinheiro e ir para o trecho. Eles tiravam a chinela do pé, vestiam-as nos braços para poder correr mais e entrar mais rápido dentro da agência. Em 91, o garimpo já em decadência, a agência não tinha mais o número de funcionários e correntistas, o garimpo já começa a dar sinal de que estava no fim. A agência, que era um tumulto de pessoas, passou a ser um lugar calmo e tranquilo. O dinheiro acabou. (Entrevista, maio de 2011)

O pequeno comércio local também não tinha do que reclamar, pois as vendas aumentaram muito. Quem tinha um pequeno comércio, que abastecia uma população pequena, passou então a alargar suas portas para atender a uma demanda grande de clientes.

O comerciante Gleidson Brito, sobrinho de um dos comerciantes mais antigos da cidade, Sr Sebastião de Brito, que tinha uma das maiores lojas da época, Casa Brito, relata que:

No ano de 1970, mudamos para Santa Terezinha de Goiás, para montar um comércio de secos e molhados que se chamava Casa Brito. Naquela época, açúcar, querosene, café e outros produtos eram vendidos picados. O tempo se passou e de repente vimos acontecer na nossa cidade uma revolução, que era a descoberta de uma fazenda que tinha esmeraldas, e aí nosso município passou a ser a capital das esmeraldas. Foram chegando mineiros, baianos, nordestinos e o comércio local melhorou 100%. Vendia muitas ferramentas e peneiras para lavar o xisto. Foi um tempo glorioso para o comércio. (Entrevista, abril de 2011)

I. J., outro grande comerciante, comenta também sobre a propriedade do comércio durante o auge do garimpo:

Vim de Anápolis com meu pai, atrás do dinheiro dos garimpeiros. Quando chegamos aqui, acampamos em frente à Igreja Católica, montamos uma barraca de lona e vendíamos bermudas masculinas, chinelas e camisetas cavadas, essas peças eram o que mais vendíamos para os garimpeiros. As vendas eram tão boas, que buscávamos mercadoria quinzenalmente em Anápolis. Sofríamos muito, pois naquele tempo as estradas ainda não eram asfaltadas e levávamos até dois dias para realizar o trajeto. Com o passar do tempo, compramos uma caminhonete D20 e buscávamos mercadoria em São Paulo. O comércio foi tão bom que em pouco tempo conseguimos abrir uma loja, que hoje é uma das maiores da cidade. (Entrevista, maio de 2011).

2.6 DECADÊNCIA DO GARIMPO: CRISE DEMOGRÁFICA E DESEMPREGO

O garimpo pertencia ao Município de Santa Terezinha de Goiás, mas muitos moradores do garimpo almejavam a ideia de emancipação. Acreditava-se que, com a emancipação, o garimpo teria uma melhor infra-estrutura para atender às necessidades do momento e possibilitar o seu contínuo crescimento. Por meio de vários movimentos políticos, aconteceu a emancipação do garimpo, que passou a se chamar Campos Verdes. O prefeito na época era Fernando Soares, que em depoimento relata sobre os acontecimentos:

Eu era prefeito de Santa Terezinha, município do qual o garimpo fazia parte. Naquela época, eu vivi uns momentos difíceis, por um lado os meus companheiros daqui de Santa Terezinha, que faziam pressão para eu não deixar emancipar aquele garimpo; por outro lado, o pessoal lá do garimpo, que também haviam se tornado

meus amigos e que me pediam para ajudar na emancipação. Não teve jeito, o jeito era o plebiscito, e que o povo decidisse. Naquele plebiscito teve 90% dizendo que queriam a emancipação, eu tive que acatar o desejo do povo. (Depoimento em entrevista, março de 2006, concedida a *Campos Verdes: Memória, História e Saberes*. Sonilda Aparecida de Fátima Silva)

Para os moradores do garimpo, essa foi uma grande vitória. Já para o município de Santa Terezinha de Goiás, foi um dos fatores de decadência. Em depoimento, o ex garimpeiro Lucas Custódio conta:

A emancipação do garimpo foi a derrocada de Santa Terezinha. Hoje, pensando no contexto político, vemos que não foi uma coisa boa, nem para o garimpo nem para Santa Terezinha, pois as pedras ficaram de difícil acesso, a arrecadação de lá (Campos Verdes) e daqui (Santa Terezinha) não é o suficiente, e a população tem sofrido. Mas na época ninguém se importou com isso, o dinheiro e as pedras em circulação eram tantos, que nós achávamos que não ia acabar nunca. (Entrevista, junho de 2011)

A partir dos anos de 1992, o garimpo chega à sua decadência mais profunda. A população da cidade de Santa Terezinha tinha desaprendido a trabalhar na lavoura, no comércio, em empregos públicos, e agora se via sem os altos rendimentos que vinham do garimpo, culminando com uma crise demográfica, diminuindo em mais de 10 mil o número de seus moradores.

Grande parte da população perdeu todo o dinheiro, pois as esmeraldas desvalorizaram-se no mercado e foram vendidas a preços baixíssimos. Muitos garimpeiros perderam tudo que tinham e foram embora para outros garimpos.

O depoimento de um garimpeiro, Sr Eliesér Silva Machado, revela essa situação crítica:

Dormi rico e amanheci pobre, tive que vender minhas esmeraldas a preço de banana para os indianos, senão eu não teria como pagar as pedras de quem eu comprei. (Entrevista, junho de 2010)

As técnicas utilizadas na exploração das esmeraldas eram rudimentares, levando em consideração o baixo poder aquisitivo dos garimpeiros. As técnicas predatórias de garimpagem acabaram por reduzir, drasticamente, a exploração das esmeraldas.

Em depoimento, o ex-garimpeiro Eliéser Silva Machado relata:

Percebemos que o garimpo estava no fim, foi um choque. Em meados de 92, começou a estagnar a produção; pelo fato de ser rudimentar a exploração, as esmeraldas ficaram muito profundas e era preciso maquinários mais potentes. O impacto foi grande, mais de 50% dos garimpeiros foram embora, os que ficaram mudaram de profissão, foi um fracasso total para a cidade. (Entrevista em 02/06/2011)

O prefeito Marcos Ferreira Cabral analisa a derrocada do garimpo em seu primeiro mandato, em 1997:

Quando fui eleito em 1997, o garimpo já estava em decadência, e naquela época nós procuramos vários motivos para que a extração das esmeraldas estivesse ao fim, e analiso que faltou alguém, ou até mesmo um sindicato que trouxesse um geólogo ou um engenheiro de minas, por exemplo, para fazer uma pesquisa. Faltou também um plano de lavra, meio ambiente e segurança. Foi muito difícil ver a população, composta em sua grande maioria por garimpeiros, que sobreviviam diretamente da extração de esmeraldas, acordar pela manhã e não ter o que fazer, procurar a prefeitura e nós não podermos atender, pois os impostos arrecadados não davam para suprir as necessidades básicas que o povo precisava. (Entrevista em maio de 2011)

Nesse instante, começa-se um dos maiores problemas sociais que o município enfrentava, que é a ausência do dinheiro circulante, já que a maior ou basicamente a única renda vinha da extração das esmeraldas do garimpo de Campos Verdes.

O depoimento do prefeito Marcos Ferreira Cabral mostra o quanto o povo precisou da máquina administrativa para suprir suas necessidades básicas:

Durante meu primeiro mandato, de 1997-2000, a população estava passando por muitas privações, o fim do garimpo. Procuramos implantar programas como a distribuição de 1000 litros de leite por dia, 1680 cestas básicas mensais, kits escolares e uniformes. Essas medidas foram tomadas para ajudar, na sua maioria, as famílias de garimpeiros. (Entrevista em maio de 2011)

Com o fim do garimpo, as famílias que viviam do comércio de esmeraldas já não encontram nas pedras preciosas o meio de sustentar suas famílias. Na região, a oferta de empregos é reduzida, mesmo porque, com o garimpo, a maioria da população abandonou seus empregos. As pedras, que tinham dado o título de Capital das Esmeraldas para a cidade, neste momento eram motivo de tristeza e desencanto aos moradores.

Segundo Silva (2006) a cidade de Campos Verdes vive hoje a síndrome da cidade do já teve. Segundo Macedo (2000) as cidades que crescem devido à extração de garimpo são

sujeitas à decadência quando o minério diminui, pois o mesmo é finito e o garimpeiro é transitório, não fixa morada onde não há nada para extrair.

Ainda segundo Macedo “A cidade que viveu em torno do diamante, à medida em que ele se esgota, se desfaz. Com a mesma velocidade com que foi edificada, entra em decadência”. (Macedo 2000: 50). Assim também foi com Campos Verdes, a atividade garimpeira foi responsável pelo povoamento, em pouco tempo a cidade tornou-se movimentadíssima, vibrando em torno das esmeraldas, com inúmeros estabelecimentos comerciais, linhas de ônibus, táxis, aeroporto movimentado, escolas que eram criadas, dois hospitais ali se estabeleceram, sendo os dois privados, várias lanchonetes dançantes para garantir o divertimento da população.

Atualmente:

Campos Verdes tem um número muito reduzido de linhas de ônibus, se antes havia uma linha de ônibus por hora, com várias empresas atendendo, hoje existem apenas duas por dia. Vários comerciantes se mudaram, venderam suas mercadorias e montaram seus comércios em outras localidades, como é o caso de Daniel Omar, primeiro dono de Supermercado de Campos Verdes. (SILVA, 2006, p. 82).

Essa decadência do garimpo (cidade de Campos Verdes) reflete em Santa Terezinha, que é a cidade mais próxima e que passa a viver sua pior crise financeira e social. Os moradores que antes só lembravam-se do poder público municipal na hora de votar passam então a ver a máquina administrativa como a única possibilidade de extrair algum dinheiro e, assim, sustentar suas famílias. Sem nenhuma indústria, a prefeitura não tinha recursos financeiros para ajudar a população. E o que se viu foram momentos de desespero – muitos pais de família não tinham dinheiro para a alimentação de seus filhos.

Outro agravante que pode ser verificado em áreas de garimpos é que os atores sociais não são pessoas habilitadas a outro tipo de serviço, uma vez que vêm no garimpo a possibilidade de retirar dali seu sustento. Quando aquela ou outra área fica difícil de retirar o minério explorado, esses garimpeiros entram em desesperado, pois não têm outro ofício. E mesmo aqueles que antes tinham já acostumaram com o exorbitante lucro que se extrai do minério e acabam indo procurar outra fonte de riqueza mais fácil.

A falta de perspectiva econômica gera um marasmo econômico e social, cujos reflexos acabam por impactar adultos, jovens e adolescentes.

Uma parte da população pensa que a única forma de resolver o problema é buscar novos locais de moradia. Outros apelam para uma imigração temporária, com a ilusão de ganhar dinheiro e voltar para investir na região. Para esses que imigraram, a solução foi deixar

os filhos com os avós ou outros parentes, provocando um grave problema na família, cujos reflexos são perceptíveis no comportamento agressivo dos filhos “abandonados”. Esse fenômeno será estudado no capítulo 3 deste trabalho.

2.7 A AUSÊNCIA DO PODER PÚBLICO NO PLANEJAMENTO DA ECONOMIA MINERADORA DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

O ciclo do ouro no Brasil está chegando há quase três séculos e pode-se observar que poucas mudanças ocorreram no cenário da mineração. As condições de vida e de trabalho dos garimpeiros continuam caracterizadas pela falta de infraestrutura na educação e na saúde e de políticas públicas de apoio econômico para esta classe de trabalhadores.

No município de Santa Terezinha de Goiás, durante a descoberta do garimpo, não foi preocupação da gestão pública observar as suas vulnerabilidades ambientais, econômicas, sociais e institucionais.

Com esta falta de projetos para identificar alguns problemas na utilização desses instrumentos pelos órgãos públicos gestores, o município passou e passa por inúmeros problemas. Podem-se citar os principais aspectos negativos relativos à gestão pública, que estão relacionados principalmente à ausência de integração entre os diversos órgãos gestores; ausência de mecanismos para essa integração; participação social muito limitada, devido principalmente à carência e pouca disseminação das informações, no acompanhamento e monitoramento da atividade; fiscalização ineficiente, causada por deficiências técnicas e de pessoal dos órgãos gestores; dificuldade na aplicação das normas, relacionada aos conflitos de competência e à administração compartimentada; e burocratização e lentidão no processo de legalização, principalmente ambiental, o que ocasiona altos índices de informalidade.

A ausência do poder público na organização da mineração no município de Santa Terezinha de Goiás acabou por permitir que atravessadores de outras localidades viessem para dentro da área do garimpo, comprassem as minas dos mineiros que não tinham como tocar os serviços por inúmeros problemas, dentre eles o financeiro.

Pensando em melhorar a extração de esmeraldas, muitos donos de minas venderam grande parte do serviço para grandes mineradoras como ITAUBI (São Paulo), Eloir Becker-

ENSA (Goiânia), Mineração Morro Novo (Goiânia), Penery Mineração Ltda (Rianópolis-Goiás). Esta omissão do governo acabou por permitir que atravessadores de outras localidades auferissem lucros com a mineração, e a população do município não foi preparada para participar dessa atividade. Hoje, a extração de esmeraldas em Campos Verdes é feita somente pela firma ITAUBI, e toda sua produção vai direto para a cidade de São Paulo, não ficando nada em Campos Verdes.

Por ser uma cidade garimpeira, suas características, como tantas outras, ressaltam a falta de planejamento racional da exploração dos minérios, qualificação de mão de obra para a lapidação da matéria prima e criação de uma cooperativa dos mineiros para a venda do produto.

O meio ambiente foi também muito afetado. Naquela época, nem se falava sobre os efeitos desastrosos que o garimpo poderia causar à região. Naquele instante, o que importava era o grande volume de dinheiro que circulava pelo município. Na lavação do xisto (terra retirada do solo e lavada para se extrair as esmeraldas) produz muita areia e terra. O xisto geralmente era lavado próximo a um rio, que descia e aterrava o leito dos córregos. Com isso, muitos córregos deixaram de existir. Outro exemplo é quanto às escavações profundas das minas, que hoje estão abandonadas dentro da cidade de Campos Verdes, ameaçando desabar a qualquer instante, levando a população que mora nas proximidades a temer pelas suas vidas.

Na parte social, faltou planejamento desde o início. A violência física aumentou tanto no início do garimpo, que a Polícia Federal proibiu todo tipo de bebida alcoólica e até mesmo a entrada de mulheres separadas dentro do garimpo. A entrada de mulheres dentro da área do garimpo só acontecia com a presença do marido. A violência não se restringia somente ao garimpo, mas também em Santa Terezinha, principalmente no prostíbulo da cidade, conhecido como Malvinas (o prostíbulo recebeu esse nome porque lá morriam várias pessoas, e, segundo os garimpeiros, era igual à guerra das Malvinas¹). Esse prostíbulo teve, nos tempos áureos, aproximadamente 500 mulheres exercendo a profissão de prostituta, e todas as noites era comum saírem dali várias pessoas esfaqueadas, baleadas e mortas, que acabavam dando entrada no pequeno hospital que da cidade, do proprietário Dr. Marinho, que, não conseguindo atender a demanda, todos os dias encaminhavam pessoas para Ceres, Goiânia ou

¹ Foi um conflito bem rápido entre Grã-Bretanha e Argentina, que lutaram, nos anos 80, pelo controle de um pequeno arquipélago no Atlântico Sul - as ilhas Malvinas. A Grã-Bretanha ocupa e administra as ilhas desde 1883.

Uruaçu. Algum tempo depois, com um movimento muito grande no hospital, ele ampliou-o, ficando bem montado. Com o fim do garimpo, este hospital fechou e hoje funciona um hotel.

Os problemas sociais gerados pela decadência do garimpo, ainda hoje traz reflexos na vida das pessoas. Com as pedras mais profundas, sem nenhuma chance de retirar o meio que os sustentavam, os garimpeiros enfrentam uma pobreza sem limite, e muitos tiveram que voltar para sua terra natal, deixando por aqui mães solteiras com filhos nos braços, avós criando netos, e a consequência de todo este desastre social tem passado para os dias atuais. Os filhos que ficaram cresceram, tornaram-se adolescentes sem regras de conduta, envolveram-se com drogas, prostituição, vício em jogos – enfim, uma geração com ausência de limites, que recebe “na rua” a educação que deveria receber dos pais.

CAPÍTULO 3 – A IMIGRAÇÃO DE POPULAÇÕES DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS PARA A EUROPA E SEUS REFLEXOS NA NOVA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR

3.1 A CRISE DO GARIMPO

No início, o garimpo em Santa Terezinha de Goiás foi realizado por garimpeiros autônomos que utilizaram uma rude técnica na extração das esmeraldas, na base da pá e picareta. Essa tecnologia primitiva possibilitou uma extração por muitos anos sem causar degradação ambiental. Conforme citado por Sales (1955, p. 69), a pá, a picareta, as pontas de ferro, a marreta e a matula dão ao garimpeiro autonomia para iniciar algum serviço.

No entanto, à medida que o garimpo foi sendo conhecido, firmas com tecnologia mais eficiente, instalaram-se no local e passaram a ocupar o espaço do garimpeiro, e, nesse caso, o uso de dragas causa, em poucos meses de operação, uma assustadora degradação ambiental.



Figura 2 – Garimpeiros e siebeiros – jazida de esmeraldas (Campos Verdes, 1983)

Fonte: Lucas Custódio

O modo rudimentar de extrair as pedras foi o que dificultou a vida de muitos garimpeiros, pois, segundo relatos, as pedras ficaram cada vez mais profundas e eles não tinham maquinário para retirá-las. Tais dificuldades possibilitaram a instalação de grandes empresas de minérios, e as chances de os garimpeiros retirarem do subsolo as esmeraldas e a realização do sonho de se tornarem ricos diminuíram.



Figura 3 – Garimpeiros na lida do garimpo, lavando o cascalho de forma rudimentar para retirar esmeraldas (Campos Verdes, 1983)

Fonte: Lucas Custódio



Figura 4 – Pedra de esmeralda já lapidada

FONTE: IBGM – www.ibgm.org.br

Os garimpeiros, sem nenhuma chance de extrair esmeraldas de modo rudimentar, acabaram sendo obrigados a se empregarem nas grandes minas, pois elas tinham condições financeiras de buscarem as pedras em grandes profundidades.

No entanto, nem todos os garimpeiros conseguiram empregos nas grandes empresas que tomaram conta das minas, sendo que uma grande parte da população de garimpeiros foi migrando para outras localidades, provocando uma intensa migração com consequências impactantes na redução drástica da população.

Moradores novos não eram mais atraídos para a “Capital das Esmeraldas”, como ficou conhecido o município. Ocorria o inverso, pois, diariamente, famílias e garimpeiros abandonavam a cidade. Ficou comum na rotina da cidade a saída de caminhões com mudanças, uns voltavam para Bahia, outros para Minas Gerais, à procura de outros garimpos ou de outra profissão. Percebe-se nesse bojo de migrações uma grande maioria decidida a buscar a sorte em outros países.

Com o passar tempo, as esperanças de o garimpo melhorar só iam ficando para trás. As firmas tomaram conta dos serviços e o sonho das minas reabrir em garimpeiros diminuía. Tal situação agravava o quadro demográfico do município, com uma forte corrida para tentar a sorte fora do país. Conforme pode ser verificado nos censos demográficos demonstrados. Pelo censo do IBGE, entre 1991 a 2007, a cada ano a cidade diminuía o número de habitantes.

TABELA 02 – IBGE 2007

1991	16. 522
1996	12. 860
2000	12. 015
2007	11. 558

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico (2007).

Só ficaram na cidade aqueles que não deram conta de ir embora: alguns donos de minas, os professores, os funcionários da prefeitura e os aposentados.

A realidade foi muito triste para quem ficou, e que havia presenciado uma cidade cheia, com um povo cheio de sonhos, dinheiro sobrando e, de repente, tudo passou. No lugar, surgiu, então, uma cidade empobrecida, o povo sem expectativa de vida, o poder público não tinha condições de auxiliar a população, pois não tinha planejamento algum . O poder público

não conseguiu pensar formas alternativas de sobrevivência para os garimpeiros desempregados, que não tinham qualificação para exercer outra profissão, e que não sabiam fazer outra coisa a não ser trabalhar na lida de uma lavra.

Os garimpos de ouro e de pedras preciosas necessitam de iniciativas voltadas para sua organização e fortalecimento institucional, uma vez que se caracterizam por atividades de mineração informais, constituídas por atores que buscam uma oportunidade de inserção social. As áreas de garimpo oferecem um desafio para a gestão pública no Brasil, quando se observa sua vulnerabilidade ambiental, social, econômica e institucional.

O garimpeiro tem como meta de vida a descoberta da “gema”, e, para tanto, desloca-se para outras áreas de garimpo que oferecem as possibilidades de realização do seu sonho. No entanto, quando novas descobertas de garimpos se extinguem, a busca do sonho de enriquecer fez com que os garimpeiros humildes, sem nenhuma qualificação profissional, semianalfabetos, procurassem trabalho fora do Brasil, arrumaram as malas e partiram, ora para Europa ora para os Estados Unidos.

3.2 LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS MORADORES DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS QUE IMIGRARAM PARA A EUROPA

Estudo de imigrações tem revelado que esse fenômeno está relacionado com as transformações econômicas ocorridas nos últimos cem anos: expansão da economia capitalista, industrialização, urbanização, entre outros. Boris Fausto (1991), ao estudar a imigração, ressalta que o estudo desse fenômeno exige, necessariamente, a compreensão de um quadro social amplo, envolvendo “áreas impulsoras” e “áreas receptoras”. Nesse sentido, é importante dominar os modelos conceituais explicativos baseados em fatores estruturais de expulsão e de atração, e acrescentar outras razões para o êxito maior ou menor de imigrantes, além da referência à condição do país de origem. Através dessa pesquisa, verifica-se que a cidade de Santa Terezinha de Goiás configura-se como uma cidade expulsora, uma vez que, com a crise do garimpo de esmeraldas, o governo de Goiás não ofereceu aos seus moradores outras possibilidades de sobrevivência. Além do mais, é preciso ficar claro que cidades surgidas do garimpo têm uma expectativa de vida muito curta.

Alguns historiadores brasileiros procuraram caracterizar a cidade como um espaço econômico e autônomo em relação ao campo. Capistrano de Abreu considerava a cidade colonial como um mero aparelho administrativo ou um meio caminho entre os engenhos e os centros europeus de comercialização. A nova concepção teórica chamada Nova História Cultural, de tendência francesa, parte do princípio de que todas as práticas econômicas ou culturais que ocorrem no meio urbano, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos, para darem sentido a seu mundo (CHARTIER, 1990, p. 16). Nessa perspectiva, consideramos que, para conhecer o processo de imigração ocorrido na cidade de Santa Terezinha de Goiás, é preciso considerar toda a conjuntura histórica que envolve esse fenômeno, pois entendemos que a cidade enquanto produto histórico e social tem relação com a sociedade e seu conjunto, com seus elementos constitutivos e com sua história em particular. O espaço urbano de Santa Terezinha de Goiás, enquanto uma estrutura que congregou possibilidades de se enriquecer com o garimpo de esmeraldas, configurou-se, também como um local de várias identidades sociais, oriundas das correntes migratórias recebidas no auge da mineração, com várias perspectivas, valores culturais e conflitos.

Sabemos que as motivações migratórias são as mais diversas, entre elas a busca de oportunidade em outras regiões, decorrentes de retrações econômicas do lugar de origem. O mesmo sentimento que motivou imigrantes de outras regiões do Brasil a se dirigirem para Santa Terezinha de Goiás, em busca da riqueza, motiva o morador a buscar novas fontes de riqueza, após a crise do garimpo. A forma de ocupação de Santa Terezinha de Goiás, marcada pela multiplicidade cultural de seus habitantes, explica suas reações diante da crise do garimpo, ou seja, permite que seus habitantes tenham menos apego sentimental à cidade e se organizem em projetos de migração para outras localidades. É o espírito itinerante que caracteriza o garimpeiro na busca da riqueza fácil.

Em 1996, começa, no município, uma corrida desesperadora para a Europa e Estados Unidos. A imigração para estes países acontecia com muita frequência. As pessoas, naquele momento, achavam que a única saída para conseguirem de volta o que haviam perdido com a queda do garimpo era irem embora do Brasil.

Segundo informações orais de um funcionário da prefeitura municipal, imigraram para a Europa e Estados Unidos, durante 11 anos, mais de 2.1000 pessoas, todas com o sonho de ganhar e/ou recuperar o dinheiro que haviam perdido no garimpo das minas de esmeraldas.

Segundo depoimento do Sr. U. C., funcionário público da prefeitura:

Aqui no município, após a derrocada do garimpo de esmeralda só ficou na cidade quem tinha emprego fixo. Todo o dia era comum carros cheios sair (*sic.*) para Goiânia, para pessoas irem fazer o passaporte para sair do Brasil. Foi registrado (*sici*) entre 1996 a 2007 mais de 2. 100 pessoas já moravam na Europa, Estados Unidos, Irlanda. (Depoimento em 25/07/2011)

O depoimento do Sr. U. C. é uma realidade de como a cidade de Santa Terezinha ficou após a saída de várias pessoas para o exterior, à procura de resgatar a situação financeira deixada após a queda do garimpo.

3.3 UM NOVO SONHO “O EXTERIOR” – UMA NOVA REALIDADE E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS EM UM PAÍS DESCONHECIDO

Os depoimentos das pessoas que imigraram mostram as dificuldades enfrentadas pelo povo humilde, que na maioria das vezes nunca tinham saído de um garimpo, com um modo de vida simples, tiveram que atravessar a Atlântico, com medo de viajar de avião, para tentar a sorte e manter suas famílias que por aqui ficaram.

A imigração aconteceu de forma tão violenta que não só adultos foram embora, jovens que completavam 18 anos já tiravam o passaporte, com ajuda da família, pois o pensamento era que um na família, indo embora, conseguia sustentar os que ficaram por aqui.

Quando o garimpo chegou ao fim meu padraсто ficou desesperado, já não conseguia trazer dinheiro para casa para pagar as compras do mês. Outra profissão tinha, pois antes do garimpo ele trabalhava de tirar leite na fazenda dos outros. Então por eu ser novo, eles achavam que eu ia conseguir ir embora trabalhar por lá e mandar dinheiro para eles irem se mantendo, e ainda mais acreditamos que nós podíamos comprar uma casa e um pedaço de terra. E assim eu fui para Barcelona, lá morava muita gente junta quase todos de Santa Terezinha, quando eu cheguei lá era a mesma coisa de está em Santa Terezinha, pois só via as caras já conhecidas daqui. Lá fui trabalhar de ajudante na construção civil, nunca tinha pegado no pesado. Nos primeiros dias eu adoeci pelo trabalho pesado e o frio. Fiquei de cama quase 15 dias, em vez de passar dinheiro para meus pais eles e que tiveram que mandar para mim, pois não tinha nenhum tostão. Agüentei 02 anos por lá, não consegui juntar dinheiro algum, quando recebia passava um pouco para meus pais e gastava o outro em farra. Longe de casa sem ninguém para aconselhar eu e os milhares que estavam lá não conseguimos juntar muita coisa. (B. M, depoimento em 25/07/2001)

Em seu depoimento, N. M. relata que:

Minha filha era novinha quando estourou o garimpo por aqui, ela não me ouvia e nem o pai, logo começou a namorar um comprador de pedras que veio da Bahia, dizia que era solteiro, ela engravidou e foi morar junto com ele, e teve mais 02 filhos. Quando o garimpo acabou ele voltou para Campos Formoso pois tinha deixado mulher e filhos por lá. E minha filha com três filhos para criar voltou para dentro da nossa casa. E desesperada achava que indo para fora do Brasil, ia mandar dinheiro para mim e o pai sustentar os filhos e nós dois não precisava trabalhar mais. Ela foi para Portugal. E em pouco tempo ela começou a mandar muito dinheiro, eu e meu marido não precisava fazer nada, tudo que os filhos queria ela mandava. O tempo foi passando ela já tinha 05 anos que estava lá e não via os filhos, e os meus netos não me obedecem não, eu não dou conta mais. E o mais triste depois de muito tempo, eu descobri que ela era garota de programa, trabalhava em bordéis chiques que lá tem. Fiquei muito triste, pois não queria isso para ela, e meus netos estão desencaminhados, todos três fazem coisas erradas e eu to velha não dou conta mais. (depoimento em entrevista, 19/05/2011)

G. S., ex-garimpeiro que veio do garimpo de Socotô para Santa Terezinha de Goiás atrás das tão sonhadas esmeraldas conta que:

Cheguei em Santa Terezinha vindo do garimpo de Socotô na Bahia, na mala quase nada, mais com muito sonhos de encontrar uma pedra boa de esmeraldas e voltar pro meu sertão, onde deixei minha mulher e minha filhinha de 03 meses. Trabalhei feito doido nos primeiros tempos, consegui ganhar muito dinheiro, para quem chegou aqui sem nada, eu tava era rico. Busquei minha mulher e minha filha comprou casa, carro, e vivia muito bem. O garimpo começou a ficar ruim, eu fiz um lote grande, todo meu dinheiro empreguei naquelas pedras e vendi para um grande comprador da região. Dei azar ele não conseguiu vender as pedras, passou mais de 10 meses sem pagar para mim e mais de 30 outros garimpeiros, perdi tudo de uma hora para outra, tive que vender minha casa, carro, paguei minhas contas e a única saída era ir embora do país, mandei minha mulher e meus filhos (eu já tinha mais 03) para Bahia para ficar com meus pais lá no sertão e fui embora para Irlanda. Sofri muito, fui trabalhar num restaurante, fritava batatas, e quando saía de lá fazia faxina. O dinheiro por lá é muito difícil de ganhar, Não tem serviço o ano todo, quando começa o inverno para muita coisa, não acha serviço e a gente gasta sem ta trabalhando. E ainda tem patrão, para quem ta acostumada no garimpo que não tem patrão é difícil. Fiquei 03 anos lá. Perdi o que tinha de mais preciosa minha família, minha mulher casou com outra pessoa. Me disse que eu demorei demais. O que juntei foi pouco, comprei uma casinha aqui, em Santa Terezinha, e hoje trabalho de pedreiro, profissão que aprendi lá. Pois lá brasileiro só serve para ser peão, fazer trabalho pesado. (depoimento em 06/05/2011)

No entendimento do garimpeiro, ele acredita que é melhor ir de um lado para outro atrás de garimpo do que trabalhar para os outros, o garimpeiro quer ser seu próprio patrão. De acordo com Macedo (2000, p. 28):

O homem se faz garimpeiro porque é uma profissão fascinante, que embriaga com a ilusão de torná-lo rico da noite para o dia. Trabalhando como autônomo, o garimpeiro é senhor de si, e trabalhando como meia-praça não tem livro de ponto ou

frequência obrigatória. Trabalha quando quer, fica no garimpo quantos dias interessar, faz seu próprio horário.

Confirmando tal sentimento, J. D., ex-garimpeiro relata :

Nasci dentro de garimpo, o que aprendi a retirar meu sustento foi lidando na lavra, mas sempre tive orgulho como o meu pai que eu não tinha patrão, meu patrão era eu mesmo. Por isso onde o garimpo estivesse bom eu colocava o pouco que tinha nas sacolas, juntava mulher e filhos e nós ia. Antes de chegar no garimpo de Santa Terezinha, passei por outros: Socotó Carnaíba, Nova Era, Teoflo-Otoni. Mas quando o garimpo daqui acabou e eu não sabia fazer nada, não tinha profissão, resolvi ir embora por uns tempos para Europa. Todo mundo que ia dizia que lá tava bom para ganhar dinheiro. Quando cheguei lá, fui trabalhar na lavoura. Sofri muito não tava acostumado de ter patrão, cumprir horário, receber salário no final do mês. Lá eu sentia muita saudade do garimpo. (depoimento em entrevista 09/05/2011)

Os depoimentos evidenciam que a saída para o exterior era naquele momento, a única alternativa para os que estavam sem trabalho e acostumados ao garimpo. Foram em busca de novas oportunidades e lá encontraram mais dificuldades do que esperavam. Muitos voltaram, mas muitos por lá permaneceram.

A imigração não afeta apenas as pessoas que imigram, ela também afeta os que ficam. O caso de Santa Terezinha é exemplo disto.

3.4 PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ORDEM FAMILIAR, DECORRENTES DAS IMIGRAÇÕES OCORRIDAS

Com a decadência do garimpo, as famílias em Santa Terezinha procuram buscar fora do Brasil os recursos materiais para o sustento da família, decisão essa que levou ao rompimento temporário da estrutura da própria família.

Segundo Freire (1977), a família é concebida como sinônimo de família patriarcal. O que hoje já não é possível, pois não há mais modelos familiares a serem seguidos. Logicamente as igrejas pregam a uniões estáveis e família estruturada por pai, mãe e filhos, porém o que observa-se são famílias com mãe e filho, avó e neto, etc.

Nas regiões mineradoras o modelo de família era caracterizado pelo predomínio das uniões instáveis e dos filhos ilegítimos. Nas regiões mineradoras as atividades de agricultura e pecuária são geradas como complementares à base econômica urbana, com níveis mais

complexos de integração vertical e horizontal e mais aprofundada a divisão sócio-espacial do trabalho. Nas cidades mineradoras o trabalho agrícola e artesanal é desprezado e todo o esforço tende a ser canalizado para a busca do minério, considerado a forma consagrada de conseguir se enriquecer. Tal concepção ficou impregnada na mentalidade brasileira e até hoje está presente nas cidades mineradoras.

Historicamente, a família tem sido definida a partir de suas funções. Ao analisar a produção historiográfica sobre a família brasileira, Nunes afirma:

No Brasil, as pesquisas sobre a família brasileira foram realizadas inicialmente por sociólogos e antropólogos, na década de 1930 e 1940. Trabalhos pioneiros, como os de Gilberto Freyre – Casa-Grande e Senzala – e de Oliveira Vianna – Populações Meridionais do Brasil – foram de extrema importância para a compreensão da sociedade, pois apresentaram novas perspectivas para a interpretação do passado brasileiro, identificando a relevância das funções socioeconômicas desempenhadas pela família desde o início do Período Colonial. (NUNES, 2001, p. 59)

Ao analisar a sociedade no Brasil colonial, o autor Freyre (1977), permite-nos concluir que a família exerce funções políticas, econômicas e de representação social, além da reprodução biológica e cultural até hoje a ela associadas.

Gilberto Freyre é talvez o “pai” da conhecida descrição da família patriarcal colonial brasileira, apresentada, de forma generalizada para todo o Brasil, como uma unidade política, econômica e social que ocupa o lugar empreendedor e diretor do Estado. O referido autor nos mostra a multiplicidade de tarefas da família no Brasil colonial, incluindo as funções procriadora, econômica e política, o que, a seu ver, a distingue da família nuclear moderna que se restringirá à primeira função, uma vez que o Estado penetra, cada vez mais, na unidade doméstica, absorvendo suas antigas funções econômicas e políticas.

Nos dias atuais, não se pode falar em família, mas sim em famílias, que se organizam sob formas e, lógicas diferenciadas, segundo as necessidades, representações e dinâmicas, entre outras variáveis, que lhes são peculiares, nos diversos grupos e segmentos sociais. As famílias têm significados e são vividas de maneiras diversas por indivíduos de distinto sexo, idade e classe social. Esses são traços que dão visibilidade à construção da história da família que, como confirma Mark Poster, “é descontínua, não linear e não homogênea (...) em padrões familiares distintos, cada um com sua própria história e suas próprias explicações” (apud SZYMANSKI, 1995, p. 24).

Pode-se afirmar que o desenvolvimento de instituições modernas do Estado e a sua própria evolução abarcam, em parte, as antigas funções da família, restringindo sua esfera de atuação às dimensões da afetividade e da reprodução da vida, em seus aspectos biológico e culturais. Diante disso, cabe perguntar- o que é próprio da família?- Que tarefas cabem a ela desempenhar na vida social? Também é importante refletir como o Estado, através de seu papel regulador e de políticas públicas, e o mercado, através da geração de empregos, bens e serviços, devem assumir responsabilidades perante os indivíduos, as famílias e o bem-estar coletivo.

Nesse novo modelo de família nuclear que surge, nos parece ser urgente a construção de parcerias entre Estado, família e mercado para garantir o bem-estar dos indivíduos.

Se hoje o interesse pela família está associado ao combate à pobreza, analisando seu papel na reprodução das desigualdades sociais, deve-se lançar um olhar cuidadoso para a dinâmica de interação da família com a estratificação social. Se há uma inevitável vinculação da família, como grupo no qual as pessoas são socializadas, com a reprodução de desigualdades de gênero, classe, geração, cumpre, todavia, questionar o discurso ideológico que culpa as famílias por saberem ou não gerir seus capitais de forma a garantir o futuro de sua prole, pois há o risco de relegar à esfera particular, um fenômeno cujos determinantes são macrossociais.

Uma vez que as oportunidades sociais, criadas ou não pelo capitalismo, colocam em evidência fenômenos de exclusão social decorrentes da crise da sociedade salarial, as demandas sobre a família se tornam então crescentes, deixando famílias por vezes incapazes de amortecer os impactos negativos das decisões públicas e coletivas, no âmbito do Estado e do mercado, que afetam a vida de todas as pessoas.

Essa realidade acaba por ameaçar os laços de solidariedade não só familiar como comunitária, uma vez que a sensação de insegurança e indiferença tende a corroer o caráter.

No garimpo de esmeraldas, no seu apogeu, corria muito dinheiro e a vida boêmia cresceu muito, conseqüentemente houve vários relacionamentos entre os garimpeiros vindo de outros estados com a população do município. Muitas adolescentes engravidaram, e os pais não assumiam a paternidade, uma vez que muitos deles já eram casados na sua cidade natal. Como o garimpo estava derramando dinheiro, muitas daquelas jovens, ao darem a luz, iam para prostituição, deixando seus filhos com os avós, que acabavam por criá-los.

Com toda essa riqueza em circulação, não poderia deixar de existir a degradação social, terreno em que a família foi a mais atingida. Santa Terezinha, pequena cidade onde não havia preocupação com prostituição, bebidas, drogas passa então a receber pessoas de todos os lugares do mundo. Entre os novos moradores, uma população flutuante, existiam os bons, sérios, honestos, trabalhadores, ricos, pobres, mas junto vieram pessoas que não tinham nada a perder. Homens que já possuíam família em outra região, ao chegar aqui procuraram outras companheiras e estas novas companheiras um grande número era de meninas em sua maioria de menores, inocentes, sem experiência alguma, filha de famílias tradicionais e humildes. Elas foram conquistadas por aventureiros o que resultou em uma infinidade de mães solteiras, de famílias destruídas. Enfim, a glória do garimpo foi muito boa para um reduzido grupo da cidade e de especuladores de outras localidades, mas as famílias sofreram muito vendo suas filhas saindo de casa para formar família com companheiros que já possuíam outra família, ou então tendo de acolher a filha e netos, pois os pais não assumiram.

Nos anos de 1995, em diante o garimpo chega a sua decadência mais profunda. A população da cidade de Santa Terezinha tinha desaprendido a trabalhar na lavoura, no comércio, em empregos públicos, e agora se via sem os altos rendimentos que vinha do garimpo. Grande parte da população perdeu todo dinheiro, pois as esmeraldas desvalorizaram no mercado e foram vendidos a preços baixíssimos, muitos garimpeiros perderam tudo que tinham.

Rudes e desqualificados, assim era a denominação toda a população que chegara ao município por causa do garimpo, e também todos os moradores que residiam na cidade, não conseguiam empregos e com isso a família começa a passar por necessidades. Primeiro de bens materiais e não demora muito começa faltar o básico, a alimentação. Começa, então, outra corrida de muitos moradores rumo à Europa e aos Estados Unidos, acreditando que a única saída seria ir embora do Brasil para tentarem conseguir de volta aquilo que tinham perdido no garimpo.

Então, as famílias perdem seus bens materiais e apostam na imigração como forma de recuperar o que perderam, ampliando mais ainda a desestruturação da família, agora com a separação dos seus membros.

Dá-se início outra fase no município, moradores começam a vender o pouco que lhes restara e até mesmo pegar empréstimos bancários para levantar capital e assim fazer frente às despesas para irem embora. É nesse momento que a família começa a atravessar uma das suas piores fases, pois os pais vão embora, deixando filhos ainda em fase de amamentação, em

idade escolar, ou até mesmo o pai de parte deixando sua companheira com o filho no ventre. Muitos dos que emigraram já estão fora do Brasil há mais de 12 anos, sendo que a maioria nunca retornam para visitar a família, e o único contato que têm com os filhos se dá pela internet. Em um desabafo, uma esposa de imigrante de Santa Terezinha assim relata seus problemas:

Quando meu marido foi para Barcelona, nosso filho mais velho estava com 5 anos, a do meio com 2 anos e eu estava grávida de 3 meses da nossa filha mais nova. Já faz 08 anos que ele está lá, não é fácil, pois os meninos perguntam por ele, principalmente o mais velho, meu filho está ficando um adolescente rebelde, não que estudar e eu não sei o que fazer mais. peço para meu marido vir embora, mas ele diz que como é que ele vai pagar o mercado se vier embora, trabalhar de que por aqui? (Entrevista, junho. 2010)

Em outra situação, pai e mãe foram embora juntos, e os filhos foram entregam para os avós, parentes próximos e até para vizinhos, que passaram a cuidar dessas crianças e são pagas pelos pais que estão fora do Brasil. Essas várias situações citadas têm acarretado problemas sérios no município e que refletem de forma mais intensa no cotidiano das salas de aula.

Em depoimento, M. R. relata:

Morava perto de L. V. C e do marido desde eles vieram embora do garimpo de Carnaíba para cá. Ganhou muito dinheiro, eu trabalhei na casa deles durante uns 06 anos. De repente o garimpo foi ficando ruim, o marido dela que comprava só pedras extras, passou a mexer com pedras fracas, e de repente perdeu tudo. Ficaram de um jeito que nem crédito tinha para comprar fiado nos mercados. Muitas vezes eu comprei o arroz e feijão na minha conta no mercado com dó das crianças. Então eles decidiram ir embora para Espanha. Arrumaram os documentos, vendeu tudo que tinha de valor em casa e a família dela em Carnaíba vendeu umas cabeças de vaca e interou o dinheiro. E aí eles me fizeram uma proposta que eu ficasse com os meninos, um de 12, outro de 6 e o menorzinho com 02 aninhos e que eles mandavam a despesa dos filhos e a minha, do meu marido e de 03 filhos meus. Eu topei, naquele momento todo mundo dizia que quem ia pra Espanha ficava rico. No início foi bom eles passavam o dinheiro, conseguiram pagar as contas que ficou para trás. Só que o tempo foi passando e eles não voltavam, os filhos deles foram crescendo, os problemas foi aumentando eu não dava conta mais de educar, corrigir, não tenho leitura, não conseguia ensinar as tarefas da escola, o mais velho começou a envolver com bebidas, engravidou uma menina, teve que ir embora fugido para casa dos avós na Bahia. Quando eles me ligavam falava para vir buscar os filhos e eles só me enganavam e não vinham. O tempo foi passando e eles ficaram por lá mais de 06 anos, e ainda acabaram separando. L. V. C veio embora sozinha da Espanha, pegou os filhos comigo e foi embora para Bahia. (depoimento em entrevista abril de 2011)

Criou-se se, então, no município, uma nova geração: a de crianças que só têm contato com os pais de forma virtual, ou então alguns pais vêm ao Brasil a cada 05 anos, carregados de presentes, para compensar a falta da presença. Mas, o que mais os filhos precisam, é do retorno dos pais e a oportunidade de conviverem todos juntos. No entanto, a realidade é diferente. Muitos pais criaram na Europa uma nova família e os filhos deixados para trás já não encaixam nessa nova vida que constituíram. Do outro lado, estão os avós, que não têm mais idade para educar, levar os netos na escola, ensinar as tarefas. E os problemas estão crescendo a cada dia.

3.5 OS ALUNOS FILHOS DE FAMÍLIAS IMPACTADAS PELA CRISE MINERADORA

É fato que a falta do amparo familiar, principalmente a carência afetiva durante a infância, pode conduzir a uma deterioração integral da personalidade. Segundo alguns psicólogos os cuidados maternos são indispensáveis para o alicerce do futuro da criança, e que, na sua falta, se encontram as raízes fundamentais do desajuste infantil, que acaba no adulto desajustado.

Durante o auge do garimpo, as políticas públicas municipais não se preocuparam com a possibilidade do fim do garimpo, portanto não foi elaborado nenhum plano de trabalho nesse sentido. Quando as autoridades perceberam, estavam no meio de uma crise financeira de vasta extensão, envolvendo quase toda população existente no município, e se viu de mãos atadas, pois não tinham nenhum plano para aquela situação.

Os garimpeiros, em geral, também achavam que as esmeraldas não acabariam jamais, pois tinha esmeraldas em grande quantidade. É da natureza de uma grande parte do garimpeiro dar importância apenas ao presente, o momento que estão vivendo e não guardar para o dia da manhã. Enquanto o garimpo estava bom, eles também não se preocuparam muito com políticas públicas que pudesse ajudá-los no futuro. A preocupação do garimpeiro é em relação à política e para que os governantes liberem as áreas para que eles retirem os minérios.

Apenas quando o garimpo chega à sua mais profunda decadência, e os pais não conseguem comprar alimentos para levar para casa é que veio a preocupação que no município não tinha outra fonte de onde gerar empregos.

Os governantes não podiam, de uma hora para outra, criar fontes de empregos para amenizar tantos problemas e diante da inoperância do poder público para resolver a crise econômica e social do município, a população começa a sonhar com outro modo de riqueza que era de ir embora para fora do país.

Os pais que já estavam sem saída para prover o sustento de sua família, começa a imigrar deixando os filhos a mercê de avós, parentes próximos e até de vizinhos, que também não sabiam como lidar com estas crianças que agora estavam sob sua responsabilidade.

No meio desse conflito familiar, nasce à questão da indisciplina escolar, que é um problema que afeta a maioria das escolas no Brasil, refletindo a falta de harmonia e de educação nos lares brasileiros. Diante desse fenômeno, torna-se necessário que cada uma das instituições, estado, escola e sociedade assumam sua responsabilidade, pois educar o aluno é um compromisso de todos. Sabemos que a escola não tem somente a função de ensinar, pois a ela e a outros órgãos públicos foi transferida a culpa pelo desemprego, pela perda de valores tradicionais de família, da educação, Mas é sabido que essa tarefa cabe em parte às políticas econômicas, sociais e culturais adotadas pela classe dominante e pelo Estado que não assume a educação como primeira prioridade, principalmente a educação pública.

A questão da indisciplina escolar é muito complexa no município de Santa Terezinha porque as percepções em relação ao assunto é muito complexo e atinge um número imenso de indivíduos envolvidos nesse contexto. A pesquisa documental realizada oferecer dados de escolas municipais que apresentam mais de 50% de seus alunos vivendo com avós, parentes próximos e por vizinhos, que, na época, aceitaram cuidar dessas crianças para os pais irem trabalhar. Em suas entrevistas, esses cuidadores dos filhos afirmaram que aceitaram ficar com as crianças por um tempo determinado, no entanto tem alguns pais que estão distantes dos filhos a mais de 08 anos e nunca voltaram nem mesmo para visitá-los. Diante desse contexto, a escola acaba ampliando suas responsabilidades com essas crianças. Sobre essa situação uma professora relata:

Quando M. S. O chegou nessa escola ele veio fazer o jardim I, tinha 04 anos, o pai tinha ido embora para Espanha, pois tinha perdido todos seus bens com o fim do

garimpo, deixando a mulher e mais 03 filhos. A mãe não aguentou a pressão dos problemas abandonou os filhos e foi embora com outro companheiro para uma região perto daqui que tem lavra de ouro. Hoje M. S. O tem 12 anos cursa a 4º ano, não consegue ler, é rebelde, faz uso de bebidas alcoólicas. Tem vezes que chega a escola machucado pelo fato de também ser viciado em jogos eletrônicos acaba arrumando brigas. Já encaminhamos para o Conselho Tutelar, o que nada resolveu, a psicóloga do município começa a fazer o acompanhamento ele não aceita; a avó com quem ele mora além de criar os outros netos, deu derrame já por 02 vezes e cuida do marido que vive numa cadeira de rodas. Enfim somos nós que preocupamos em levar ao médico, em dá os remédios, da bronca e até a higiene e a escola que preocupa. No início do ano é a escola que renova a matrícula e providencia o material escolar. Mas só isso não basta, o que gostaríamos é que ele e outras tantas crianças que estuda aqui com a mesma condição dele consiga tomar rumos em suas vidas. (Entrevista, junho de 2010)

É sabido que a indisciplina é gerada por uma sociedade que também se encontra indisciplina, violenta, opressora, na qual a miséria, a pobreza e a exploração estão cada vez mais presentes. E nesse contexto estão as maiores vítimas que são as crianças e adolescentes que por falta de apoio da família acabam levando para dentro da escola as marcas de comportamentos indesejados pelos profissionais que ali os recebe.

O ambiente familiar é outro ponto relevante em nossos estudos, pois o papel da família na educação dos jovens é fundamental. A criança traz para a escola valores que já estão estabelecidos por sua família e pela sociedade a qual pertence. Portanto, se desrespeitar os professores, brigar na escola, agredir os colegas, desvalorizar o ensino e a educação, não representa para a família um valor, o jovem não sentirá culpa por seu comportamento indesejável, pois sente vergonha daquilo que para ela não representa um valor. A relação do aluno com a escola é afetada pela significação que os pais dão a ela, aos estudos de seu filho e às relações dele com os demais, como afirma Tiba (1996):

[...] é dentro de casa, na socialização familiar, que um filho é treinado e adquire, aprende, absorve a disciplina para, num futuro próximo, tornar-se uma pessoa disciplinada. Seus maiores treinadores, professores, mestres e modelos são os pais ou alguém que cativa a sua admiração.

A imposição de limites é uma preocupação comum a todo o sistema educacional. Pais, familiares, escola, comunidade e a sociedade de um modo geral compartilham da responsabilidade pela educação de nossos jovens.

3.6 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVADAS PARA O APOIO ÀS FAMÍLIAS FRAGILIZADAS

O tema políticas públicas direcionado às famílias com necessidades sejam econômicas, sociais, culturais ou emocionais, tem gerado inúmeras interpretações que vão desde a aceitação do Estado como provedor responsável, até os que isentam o governo de tal responsabilidade.

Segundo Gobert, Muller (1987 apud HÖFLING, 2001) políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação. É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. As políticas públicas são compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Para minimizar a situação das crianças foram deixadas para trás, por seus pais que migraram para o exterior principalmente, foi criado, em Santa Terezinha de Goiás os Programas do CRÁS e CREAS que são programas federais, os quais serão devidamente explicitados ao longo deste trabalho.

Fonseca (2006, pg. 5) apresenta a concepção de que há diversidade das políticas dirigidas às famílias, formuladas e implementadas sob múltiplas lógicas e abordagens. A autora reflete sobre os conceitos e os significados da organização familiar – social, cultural, política e historicamente constituída na sociedade ocidental. No Brasil, o Sistema de Proteção Social atribuía ao Estado um papel menor à família, tendo claras características clientelistas e corporativas.

Ainda segundo a autor as políticas sociais eram orientadas para os indivíduos e não para as famílias. Com a Constituição Federal, em 1988, e seus desdobramentos, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social, a convivência familiar e a participação na vida comunitária passam a ser qualificadas como direito social. Há uma revalorização da família, o que não deve significar um recuo na responsabilidade do Estado em prover proteção social. Ao contrário, cabe às políticas sociais o desenvolvimento de ações de apoio, proteção e orientação sócio-familiar.

A família vem se tornando cada vez mais objeto e instrumento para a formatação e gestão das políticas sociais. Certamente as crises que enfrentam os Estados de bem-estar, de natureza fiscal, ideológica e de legitimidade, contribuem para a maior visibilidade da

complementaridade de responsabilidades na provisão de bem-estar entre o Estado, o mercado e as famílias.

A adoção de políticas familiares ativas, que desresponsabilizem o grupo familiar da função de principal responsável pela provisão de bem-estar aos seus, permeia a discussão sobre as políticas dirigidas para as famílias. Frente aos novos riscos sociais nas sociedades contemporâneas, decorrentes das transformações verificadas no mercado de trabalho, na demografia e nas dinâmicas intrafamiliares. É preciso repensar o nexos da relação entre Estado e mercado, e entre Estado e famílias, para que nenhum grupo social, ou tipo de configuração familiar, esteja sistematicamente em situação de exclusão.

As oportunidades de bem-estar variam segundo o tipo e a estrutura das famílias. Por exemplo, as características das famílias afetam o rendimento escolar das crianças, como confirma a pesquisa da CEPAL: “O grau de organicidade da família, o capital educacional dos pais, a possibilidade e o interesse dos pais em dedicar horas ao acompanhamento dos estudos dos filhos, o nível de superlotação da casa mostram uma relação direta com o desempenho na escola” (apud KLIKSBURG, 2000, p. 20).

É importante lembrarmos que as necessidades e demandas das famílias e de seus membros devem ser consideradas integralmente. Isto nos leva a refletir sobre a necessidade que as políticas públicas e os serviços dirigidos para as famílias desestruturadas pelo processo de separação dos seus membros, sejam formulados e implantados de forma ampla e complementar, potencializando novas oportunidades de emprego no município de origem, aos pais ausentes, possibilitando o fortalecimento das relações afetivas familiares.

A crise do garimpo resultou na crise econômica e cultural dessa cidade, cuja população não encontrou, por parte do governo, alternativas para contornar o grave problema.

Procurou-se, então, encontrar soluções para esse problema e percebe-se então que cada vez mais estava muito longe de serem alcançadas. Isto porque os garimpos geram impactos não só no meio físico e biótico, como também no social.

Não se trata de uma constatação ingênua: a maior parte das famílias, atualmente no município de Santa Terezinha, está perdida ao tentar entender a si mesma, não conseguindo descobrir o que fazer para estruturar novamente as suas famílias, perderam o que tinham de mais precioso que é a própria identidade da família.

Percebe-se que as políticas públicas municipais estão tentando criar programas que possam ajudar estas famílias a tomarem um rumo mais promissor, investindo em projetos,

programas e ações, porém, elas ainda são muito frágeis, têm retorno demorado e incerto, pois as marcas que o garimpo deixou nesta região foram muito profundas e estão longe de serem sanadas. Não se trata de conceder bolsas famílias para a sobrevivência de famílias cujos pais encontram-se desempregados ou emigrados em outros países. Trata-se de pensar projetos econômicos alternativos que de fato possam recuperar a dignidade dessas pessoas e evitar que novas separações entre pais e filhos possam ocorrer.

Com relação aos filhos que já vivem o problema da separação, é preciso que políticas públicas venham a ser implantadas nas escolas no sentido de aliviar a imensa carga emocional que essa separação tem causado aos jovens.

Santa Terezinha de Goiás constatou a necessidade da implantação de políticas para essas famílias fragilizadas – não importa o tipo de fragilidade – compreendidas como sujeitos coletivos e protagonistas de direitos, que demanda ações articuladas entre os recursos governamentais e não governamentais, frente à complexidade ímpar que é cada grupo familiar. A circularidade entre os vários aspectos que fazem parte dos problemas vividos pelas famílias da crise mineradora em Santa Terezinha de Goiás necessita de políticas públicas com abordagem integral, que articulem múltiplas dimensões, como educação, emprego, renda, acesso a informações, mesmo quando dirigidas a segmentos específicos da população, e que possam contribuir para a ampliação do espaço da cidadania.

CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS FRAGILIZADAS NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

4.1 REVENDO ALGUNS CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

SOUZA (2006) afirma que as políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado, que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos. Em seguida, faz-se uma síntese dos principais teóricos que trabalham o tema das políticas públicas relacionadas às instituições que dão a última ordem, de como o dinheiro sob forma de impostos deve ser acumulado e de como este deve ser investido, e, no final, fazer prestação de conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade.

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relações que envolvem interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais. As políticas

públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.

Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas).

Ainda outras são necessárias para regular conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, têm contradições de interesses que não se resolvem por si mesmas ou pelo mercado e necessitam de mediação.

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação. É importante considerar alguns tipos de políticas, para que se possa definir o tipo de atuação que se pode ter frente a sua formulação e implantação.

4.2 A PRECÁRIA REALIDADE SOCIAL DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

Santa Terezinha hoje vive das lembranças dos tempos áureos vividos pelo garimpo. Segundo Macedo “A cidade que viveu em torno do diamante, à medida que ele se esgota se desfaz. Com a mesma velocidade com que foi edificada, entra em decadência” (MACEDO, 2000, p. 50). Foi o que aconteceu com Santa Terezinha, onde, na década de 80, teve início no contexto etnográfico um processo de transformação econômica onde a cidade cresceu de uma hora para outra: inúmeras casas comerciais, bancos, escolas sendo ampliadas para receber novos alunos, linhas de táxi que cresciam demasiadamente para levar os garimpeiros até o garimpo, novas linhas de ônibus, restaurantes sendo improvisados nas áreas das casas residenciais, construção de hotéis e vários lugares para garantir a diversão da população do

município de Santa Terezinha de Goiás. Tudo isso passou e o que restou foi uma grande frustração, a população que tirava seu sustento do garimpo de esmeraldas, depara com o fim do garimpo. Como decorrência do fim do garimpo, vem o desemprego no município, que nada mais é do que um sinal de que a economia da cidade vai mal. Com o final dessa atividade mineradora, as famílias passam então a procurar o sustento do lar, buscar apoio social o que na maioria das vezes não encontram no município e a opção foi sair do país a procura de meios para sustentar a família. O desastre familiar decorrente de tal decisão ficou bem evidente no capítulo anterior.

Com este novo contexto, o município passou então a ter um número elevado de pessoas morando no exterior. Aliado a tantas mudanças, também surgiram várias problemas, entre eles está a família que ficou vulnerável, e nas quais os filhos ficaram desprotegidos sem a presença dos pais. Começa então a crescer uma geração com estrutura familiar precária, o que logo refletiu na escola: problemas familiares, defasagem provocada pela baixa aprendizagem, crianças e adolescentes no consumo de drogas, viciados em jogos eletrônicos, bebidas alcoólicas.

Através de pesquisa empírica realizada nas escolas da rede municipais foi possível verificar que havia um grande número de crianças e adolescentes criadas por familiares, amigos e até vizinhos que os pais deixaram para trás ao irem procurar sustento fora do país.

TABELA 03 – RESULTADO DE PESQUISA SOBRE O QUANTITATIVO DE FILHOS CRIADOS POR PARENTES, VIZINHOS/OU AMIGOS DOS PAIS QUE IMIGRARAM PARA OUTRO PAÍS-SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

Nº de crianças /adolescentes criados por avós	Nº de crianças/adolescentes criados por parentes próximos (tios, primos etc.)	Nº de criança/ adolescentes criados por vizinhos e ou amigos
198	157	142

Fonte: BRITO, Ivanildes Bergamelli. Pesquisa realizada no município de Santa Terezinha de Goiás, em abril de 2010.

Esta pesquisa veio colaborar com a comunidade no sentido de cobrar das autoridades mais responsabilidade com essas crianças que ficaram no município em crise, e que o número de famílias que precisavam de ajuda era muito significativo. Torna-se urgente a ajuda a essas famílias no sentido de reestruturarem as suas relações emocionais e afetivas, melhorar o diálogo, o respeito, resgatar o amor e inseri-los em atividades que trariam para casa algum

tipo de rendimento financeiro, pois a maioria destas crianças, adolescentes, jovens e seus familiares não têm nenhum tipo de rendimento financeiro, vivem de bolsas do Governo Federal e de algum dinheiro que vem do exterior.

Os filhos, que outrora ficaram por aqui, cresceram, tornaram-se adolescentes com problemas familiares sérios, elevada defasagem na escolaridade provocada pela baixa aprendizagem, sem perspectiva de empregabilidade ou de algum dia frequentar uma faculdade.

Constatou-se que o município passou a colecionar um número grande de jovens de uma geração que não tem perspectiva futura. Seus ideais e seus sonhos se desmoronam diante da triste realidade econômica e social.

Segundo Martins (1999), nos últimos anos, apesar do esforço, do investimento técnico pedagógico nas escolas, o fracasso escolar, a violência presente nas escolas, demonstrada através dos reflexos das questões sociais, os quais estão cada dia mais interiorizados na realidade escolar, dificultam o cumprimento da sua finalidade maior enquanto instituição educacional, que é a de contribuir na formação da cidadania dos brasileiros.

Com a perspectiva de incluir aqueles que se encontra em processo de exclusão social, a escola possibilita a seus alunos fazerem parte da sociedade em que vivem. A escola enquanto equipamento social precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social as quais possam estar ocorrendo, desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, etc., reprovações, até a evasão escolar, que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar.

A pesquisa empírica realizada para a concretização dessa dissertação de mestrado foi apresentado para o gestor municipal de Santa Teresinha de Goiás, Sr Marcos Ferreira Cabral, que se preocupou com o problema. As primeiras ações concretas em busca de soluções demandaram a realização de várias reuniões com a comunidade, nas escolas, e com outras secretarias para encontrar meios de ajudar essas famílias. A gestão atual verificou que era preciso fazer algo para diminuir o impacto que cresceu nos últimos anos com um número consideravelmente grande de famílias que precisam ser assistidas de perto por parte do poder público. Entretanto, o município também passa por uma grande recessão financeira. Não há nenhuma perspectiva de melhoria financeira no município, hoje a renda principal vem do leite e da engorda de gado bovino e de repasses federais e estaduais.

Como forma de tentar resolver em parte os problemas diagnosticados no município, a Secretaria de Assistência Social procurou conhecer os programas oferecidos Governo Federal O CREAS e CRAS, e conseguiu trazê-los para o município, e, atualmente, esses programas atendem a mais de 500 famílias.

4.3 PROGRAMAS SOCIAIS PARA APOIO ÀS FAMÍLIAS

Sabendo que o setor educacional, hoje, tem o papel de possibilitar e de oferecer alternativas para que as pessoas que estejam excluídas do sistema possam ter oportunidade de se reintegrar através da efetiva participação, bem como da luta pela universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania, é que a escola é vista pela sociedade com o papel de propiciar ações para a efetivação dos direitos humanos.

Nesse sentido, o município de Santa Terezinha, por meio da Secretaria de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Educação, adotam a iniciativa de procurar mecanismos de resgatar esses alunos. Após várias discussões entre as Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de educação, constatou-se que era necessário criar condições em que a família e os filhos fossem assistidos mais de perto.

O município conseguiu trazer para ajudar estas famílias os Programas Federais CRAS, CREAS, pois, até então, o único programa que tinha para esta população era o PETI.

4.3.1 O que é o CRAS?

O CRAS é o Centro de Referência da Assistência Social, também conhecido como Casa das Famílias. São oferecidos serviços continuados e ações de proteção social básica de assistência social, que têm como objetivo prevenir situações de risco por meio benefício de proteção social básica relativo às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária, e de sobrevivência a riscos circunstanciais. Todo o trabalho

visa promover a emancipação social das famílias, desenvolvendo a cidadania a cada um de seus membros.

O CRAS oferece:

Serviços e atividades para toda a família - Destinados aos usuários da assistência social, ou seja, à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos, os serviços e atividades visam prevenir as situações de risco, reforçar o principal papel da família como referência para cada um de seus integrantes e fortalecer seus vínculos internos e externos.

Modalidades de Serviços - As ações de proteção social básica, desenvolvidas nos CRAS e em suas áreas de abrangências, compreendem:

Cadastro Único - registro de informações que serve como referência para a participação em programas sociais de concessão de benefícios, tais como: Bolsa Família, PETI, ProJovem, Tarifa Social - Energia Elétrica, Carteira do Idoso - Transporte Interestadual.

Atendimento social - acolhida e entrevistas; visitas domiciliares; concessão de benefícios eventuais como cesta básica, vale-transporte e fotos para documentação; elaboração do plano de ação de cada família; acompanhamento das famílias, com prioridade às beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda; busca ativa das famílias prioritárias nos serviços e articulação / encaminhamentos para a rede socioassistencial.

Convivência social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários - para crianças e adolescentes, jovens, adultos e famílias, pessoas idosas e lideranças comunitárias. Acontecem a partir da participação de famílias e ou indivíduos nas atividades de grupos de convivência e de incentivo ao protagonismo.

Qualificação profissional - ações de capacitação para desenvolvimento pessoal e ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda, contribuindo para o alcance do desenvolvimento sustentável de famílias e indivíduos. São cursos oferecidos nos CRAS, nos Centros de Qualificação Profissional - Liceus de Ofícios e em outros locais, que são disponibilizados por parcerias conveniadas

4.3.2 O que é o CREAS?

Já o CREAS é um programa que age mais no silêncio, pois seu objetivo é focalizar tipos de violências que sofrem os adolescentes, jovens e suas famílias, e ajudá-los, e esse apoio inclui a participação de psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais e advogados, que, após ajudá-los a resgatarem seus direitos ensina-os uma profissão.

Segundo a professora M. N:

Hoje o CREAS, com 10 meses de funcionamento, tem registrado nos seus arquivos mais de 100 famílias que recebeu ou recebe ainda ajuda no sentido de sair de algum tipo de violência que vêm sofrendo, e paralelamente essa ajuda aqueles que não têm um nenhum meio de ganhar seu sustento ou complementar a renda familiar, o CREAS da condição para que eles possa fazer um dos cursos que é oferecido aqui.

O referido programa ainda tem a finalidade de ofertar ações de orientação, proteção e acompanhamento psicossocial individualizado e sistemático a crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco ou violação de direitos e a adolescentes autores de ato infracional.

CREAS deve, ainda, buscar a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, deve focar no fortalecimento dos recursos para a superação da situação apresentada.

Para o exercício de suas atividades, os serviços ofertados nos Creas devem ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. A articulação no território é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

Os CREAS podem ter abrangência tanto local (municipal ou do Distrito Federal) quanto regional, abrangendo, neste caso, um conjunto de municípios, de modo a assegurar maior cobertura e eficiência na oferta do atendimento.

Nos CREAS são atendidas(os):

- Crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência doméstica e/ou intrafamiliar: que acontecem nas situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência física,

psicológica e negligência, afastamento do convívio familiar por medida socioeducativa ou de proteção, discriminação, e outras situações.

- Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade).

- Mulheres e pessoas idosas, vítimas de violência doméstica/intrafamiliar.

- Famílias e indivíduos em situação de rua; com pessoas abrigadas ou egressas do acolhimento institucional; com usuários de substâncias psicoativas; com idosos atendidos em Centro Dia; ou que necessitam de serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência.

Portanto, o CREAS presta atendimento prioritário a crianças, adolescente e suas famílias nas seguintes situações: crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência), famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que apresentem dificuldades e mendicância.

4.4 A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS CREAS E CRAS NO MUNICÍPIO

Os programas CREAS e CRAS, implantados no município, estão sendo trabalhados com eficiência, assistindo as famílias que realmente encontra-se com necessidade de apoio social.

Segundo O. M, funcionária do CRAS:

Quando foi aberta para a comunidade este programa (CRAS) inicialmente começou a ser assistidas aproximadamente 100 adolescentes 10 meses depois já passam de 400 adolescentes e suas famílias que recebem apoio no sentido de aprender uma profissão que vem contribuir no rendimento do orçamento familiar e conseqüentemente a vivência familiar melhorou bastante, pois estes adolescentes e suas famílias recebem também apoio de pessoas especializadas ajudando-os a resgatar laços familiares.

O programa, quando implantado no município, tinha perspectivas de incluir crianças que se encontravam em processo de exclusão social, que tinham perdidos valores familiares,

faziam trabalhos inapropriados para sua idade, o que acabava colocando-as à mercê da violência, atitudes discriminatórias, reprovações, evasão escolar. Todo o foco até então era vivido dentro das escolas e da Assistência Social, que antes se perdia num emaranhado de ações paralelas e descoordenadas, hoje existe o CRAS como cérebro deste processo que vem dando certo no município.



Figura 5 – Prédio do CRAS (Município de Santa Terezinha)

Fonte: Ivanildes Bergamelli de Brito

Segundo Almeida (2000), as demandas provenientes do setor educacional, no que se refere a sua ação ou ao fazer profissional do Serviço Social, recaem em diversas situações. Tem-se, assim, a necessidade de trabalhar com crianças e adolescentes, suas famílias, e, muitas vezes, atender solicitações de trabalho com os próprios professores, sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais, que têm marcado o trabalho dos profissionais do Serviço Social.

O CRAS é uma ação afirmativa hoje no município, abrindo novos horizontes para as mães de família aprender cursos que tem duração rápida, mas que geram um ganho também rápido. Ao terminarem os cursos oferecidos por este programa, muitas destas mulheres já se reuniram e montaram pequenos negócios onde o investimento de capital é mínimo, como doces caseiros, queijos, salgados e doces para eventos, trabalhos artesanais, manicure e cabeleireira.



Figura 6 – Curso de culinária (CRAS, Janeiro de 2010)

Fonte: Secretaria de Assistência Social



Figura 7 – Curso de doces (CRAS, Janeiro de 2010)

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Em busca de uma reorientação social, o gestor municipal procura ajudar a população, no sentido de abrir novas possibilidades de trabalho. Sabemos que os problemas não foram totalmente resolvidos, pois eles representam o acúmulo de vários anos de negligência por parte do poder público, logo após a queda do garimpo, de onde se gerava a renda principal deste município. O que ocorre agora é uma gestão preocupada com os adolescentes, jovens e suas famílias, e que não tem negligenciado sua responsabilidade com a população que realmente precisa de ajuda.

Partindo do pressuposto de que políticas públicas é o resultado de atividades políticas, os programas implantados no município dá concretude ao fato de que é preciso ter um olhar diferenciado dentro das escolas, conhecendo, acolhendo nosso alunado como um todo, não em

partes, pois só assim os objetivos que a educação propõe – cooperar para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos de governo federal, estadual, municipal, mudar visões para modificar o ambiente escolar e ampliar oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos – serão alcançados.



Figura 8 – Apresentação musical de adolescentes assistidos pelo CRAS

Fonte: Secretaria de Assistência Social

C. C, beneficiária dos programas relata que:

Foi muito bom para mim e meus 03 filhos está (sic.) inseridos nesses programas CRAS e CREAS aqui no município, pois eu não tinha nenhuma profissão, vivia da renda cidadã que recebo e do dinheiro do PETI que meus filhos recebe, no CRAS aprendi o corte e costura e hoje consegui emprego de carteira assinada numa confecção aqui da cidade, e a convivência entre eu e meus filhos melhorou muito também, nós recebemos ajuda da psicóloga e do grupo de orientação familiar.

Segundo dados da Secretaria da Assistência Social, há entre jovens (1º emprego) e adultos mais de 40 pessoas que já conseguiram emprego com carteira assinada, e mais de 130 pessoas já conseguem aumentar a renda familiar devido algum tipo de profissão que aprenderam dentro dos programas.

G. R., adolescente de 15 anos, relata sobre o primeiro emprego:

Estou fazendo um estágio na padaria, como confeitiro, graças ao curso que fiz através do Programa social CRAS. Hoje consigo ajudar nas despesas de casa e juntar algum dinheiro, pois pretendo terminar o 2º grau e fazer um de curso de padeiro.

Parte das ações realizadas pela gestão municipal foi possível graças à nossa interferência junto aos órgãos públicos federais estaduais e municipais, no sentido de apresentarem sugestões criativas de administração. Tais idéias nasceram das discussões ocorridas nas disciplinas oferecidas no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria. Após a pesquisa empírica sobre as condições econômicas e sociais adversas no município ter sido realizada, os dados levantados foram apresentados ao gestor do município. Houve uma sensibilização positiva, envolvendo uma grande mobilização por parte da comunidade, escolas e várias secretarias perceberam que era necessário amparar e proteger os adolescentes que cresciam no município, as famílias que estavam morando fora do Brasil e também àquelas que já retornaram do exterior sem conseguir a tão sonhada independência financeira, porém os laços familiares foram quebrados, e há vários entraves para resgatar os valores familiares.

Hoje, a questão social deixada pela queda do garimpo está sendo, em parte, amenizada com a implantação dos Programas Federais já mencionados, pois a quantidade de adolescentes, jovens e famílias que são beneficiadas representa um número muito significativo. Consideramos que esses programas estão longe de resolver o complexo problema instalado no município após a crise da mineração. Contudo, eles apontam para possibilidades positivas, basta o poder público estabelecer projetos sociais mais duradouros e com inclusão mais abrangente.

4.5 PROPOSTAS DE ALTERNATIVAS DE INTERVENÇÕES PARA OS PROBLEMAS GERADOS PELA ATIVIDADE MINERADORA

Apesar de as cidades mineradoras apresentarem muitas características em comum, principalmente às relacionadas à economia, cada uma tem suas especificidades. Nesse sentido, não pretendemos criar um modelo ideal de cidade mineradora, mas ideias para que essas cidades sejam sustentáveis.

Consideramos que um aspecto importante, porém pouco difundido em relação à mineração, é a participação dos cidadãos sobre as decisões tomadas a respeito da atividade. A população deve ser informada sobre as possibilidades e consequências relacionadas à exploração mineral. Todos devem ter consciência de que a atividade traz prosperidade, mas

também problemas se não for planejada. A implantação de uma mina deve ser feita mediante um plano de desenvolvimento local e de estudos sobre os possíveis impactos gerados pela atividade. Para a elaboração de um plano estratégico, deve-se levar em conta não só a cidade onde a mina será implantada, e sim toda a região. É preciso dimensionar a área de impacto do empreendimento. Devem ser analisados os serviços existentes nas cidades vizinhas e, paralelamente, identificar se eles serão necessários, tendo em vista que a nova atividade trará novas demandas de serviços e infra-estrutura para a cidade. A partir dessas informações, a criação de um plano estratégico para incentivo e implantação dessa demanda faz-se necessário. Assim, a cidade sede da mineradora reduzirá os investimentos em serviços já existentes na região e investirá apenas nos realmente necessários. Esses serviços serão usados não só pela cidade mineradora, mas por toda a região. Assim é criada uma rede de cidades, em que uma usufrui dos serviços da outra, sem uma competição direta pelo mesmo mercado.

As cidades mineradoras também necessitam planejar seu crescimento, que, muitas vezes, ocorre de maneira repentina. Faz-se necessária a elaboração de planos e diretrizes de controle para abrigar uma população crescente.

É importante, ainda, destacar que a atividade mineradora deve ser integrada às demais atividades econômicas locais. Uma possibilidade dessa integração é o aproveitamento do produto da mina como matéria-prima para a produção local, incluindo desde produtos industrializados até artesanais. Outra possibilidade é a criação de centros de ensino voltados para a mineração e aos demais campos do saber vinculados à mesma. A mina seria, assim, um espaço de estudo e pesquisa para desenvolver técnicas de mineração mais limpas e seguras, tornando a atividade mais sustentável.

A cidade que é criada por causa de uma mina de grande porte ou a que passa a abrigá-la, num primeiro momento apresenta um expressivo crescimento econômico, porém essa prosperidade pode ter fim com o fechamento da mina. Em média, as minas apresentam produtividade de quarenta anos, por isso a necessidade de se planejar o futuro da economia local e até mesmo regional. Assim, outras atividades devem ser desenvolvidas para evitar a dependência econômica em relação à atividade mineradora.

O fechamento da mina deve ser planejado não só visando a economia, mas também para planejar qual será o futuro uso da área de mineração e da infra-estrutura por ela criada. Existem locais onde a mineração adquiriu caráter histórico, fazendo parte da formação do local. Nesses casos, deve-se buscar não apagar essa memória, mas sim associá-la a novos usos e atividades. Nas áreas de mineração recente, a infra-estrutura da mina deve ser utilizada por

novas atividades. Em alguns casos, a área da mina pode ser aproveitada como terreno para a expansão da cidade ou ainda para a construção de um equipamento necessário a cidade.

O principal aspecto a ser desenvolvido na mineração é a sustentabilidade, ambiental e econômica. Dessa maneira, a atividade, que ainda hoje é vista como predatória, passará a ter seu real valor reconhecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, procurou-se compreender as causas estruturais e conjunturais da crise econômica, social e familiar existente no município de Santa Terezinha de Goiás, decorrente da queda do garimpo de esmeraldas. O município cresce com o aparecimento das jazidas de esmeraldas e atrai um número elevado de garimpeiros. A cidade pequena, de hábitos rurais simples e de consumo reduzido, se transforma rapidamente num centro de produção de pedras preciosas o que estimula uma cadeia de ofertas de produtos de trabalho e de consumo. No entanto, os dados levantados na pesquisa nos permitem concluir que tal crescimento ocorreu sem um planejamento por parte do governo federal, estadual e municipal. Toda a riqueza obtida com a exploração das esmeraldas foi gasta com compras supérfluas, que não criaram uma sólida estrutura econômica no município. Viver o presente passou a ser a ordem da sociedade garimpeira e a crise que se instala com a extinção das esmeraldas provoca sérios problemas, agravados com uma intensa migração dos garimpeiros para outras localidades. O município, que não se preparou para o momento da extinção das pedras preciosas, se afunda no marasmo deixando seus habitantes numa inércia e com graves problemas de ordem social.

Como resolver o problema de cidades que cresceram sob o estímulo de ações predatórias, como foi o caso da mineração de esmeraldas em Santa Terezinha de Goiás? Consideramos que não é simples a resolução de problemas de natureza tão complexa. No entanto, algumas medidas, mesmo que de dimensão ainda reduzida, pode significar uma esperança para os que ficaram no município após a crise do garimpo. Essa população necessita aprender outras formas de ganhar a vida e isso passa, necessariamente, por um programa de qualificação de mão-de-obra.

A pesquisa realizada revelou que a gestão municipal atual está interessada em adotar medidas que possam resolver em parte os problemas decorrentes da crise da mineração. Para tanto, foi buscar parcerias com os governos federal e estadual, no sentido de implantar, no município, programas sociais de inclusão social. A avaliação que a pesquisa empírica fez da implantação desses programas demonstra os benefícios trazidos para o município com a implantação dos Programas Sociais CRAS e CREAS, de articular com as famílias que necessitam de algum tipo de ajuda na estruturação familiar, seja no sentido de proteção social básica, acompanhamento psicossocial individualizado, e até mesmo de ensinar trabalhos que

podiam ajudá-los a melhorar a renda familiar. Foi possível verificar, através das atividades desenvolvidas desde a implantação destes programas, com intuito de ajudar a comunidade local, que os referidos foram bem aceitos pela comunidade local, e que as pessoas que são assistidas por eles estão conseguindo resolver grande parte de seus problemas, seja de ordem afetiva, emocional ou até mesmo financeira, quando aprendem alguma profissão que é ensinada nesses programas.

O município que, até então, não tinha tomado consciência de que era preciso ajudar de uma forma mais direta e rápida essas famílias, percebeu que, com ajuda dos programas implantados, não só a questão de estruturação familiar de ordem afetiva melhorou, mas também a questão de empregos devido a um número considerável de pessoas que já conseguem ter uma pequena renda mensal através de uma profissão que aprenderam dentro do programa.

Por fim, a realização dessa pesquisa nos permite concluir a importância do planejamento das atividades econômicas em um município, visando objetivos de curta, média e longa duração. Planejar reduz as possibilidades de crises como a que aconteceu em Santa Terezinha de Goiás e tantos outros municípios, onde a ausência do desempenho do poder público permitiu, e permite, a atuação do vandalismo próprio dos interesses privados em detrimento aos da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Texeira de. **O Serviço Social na Educação**. IN: Revista Inscrita. CFESS, 2000.
- BERTRAN, Paulo (org.) **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Tomo II. Goiânia, UFG/UCG, 1996.
- CHARTIER*, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990. de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- DOLES, Dalísia E. Martins. (org.) **Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região**. Goiânia: UFG, 1980.
- FONSECA, M. T. N. M. **Famílias e Políticas Públicas: Subsídios para a Formulação e Gestão das Políticas com e para Famílias. Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez., 2006
- GEIGER, P. P. **Evolução da Rêde Urbana Brasileira**. RJ: MEC/INEP, 1963.
- GOIÁS. **Secretaria de Educação do município de Santa Terezinha de Goiás (1980-2008)**.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001
- JAKOB, Alberto Augusto Eichman e BARÊA Vera Regina Mobilidade populacional intrametropolitana de Goiânia no período 1970-1991 Tese de Doutorado em Demografia no IFCH/NEPO/UNICAMP, 2000.
- LEFÈBVRE, Henri. **La Revolución Urbana**. Madrid: Alianza, 1972.
- MACEDO, Maurides. **Os garimpos de diamante do Araguaia: Baliza 1922-1960**. Goiânia: UCG, 2000.
- MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. IN: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 N. ° 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.
- MARX, Karl. **The German Ideology**. In: TUCKER, R. C. (ed.) *The Marx-Engels Reader*. New. York: London: W. W. Norton, 1978.
- MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**.
- MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS/**Plano Estratégico da Secretaria Municipal de Educação-** (PES) Santa Terezinha de Goiás, 2009.

- NUNES, Heliane Prudente. **História da Família no Brasil e em Goiás: tendências e debates.** In: CHAUL, Nasr F. (org.) Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição. Goiânia: UCG, 2001.
- PALACÍN, Luiz. **O Século do ouro em Goiás.** 3 ed. Goiânia: Oriente/INL –MEC, 1979.
- PIMENTEL, Célia. **Santa Terezinha de Goiás e suas reminiscências.** Goiânia: Kepls, 2010.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira.** 4 ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1998.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Estratégico da Secretaria Municipal de Educação- (PES) Santa Terezinha de Goiás,** 2009.
- SILVA, Sonilda Aparecida de Fátima. **Campos Verdes: Memória, História e Saberes.** Dissertação do Programa de Mestrado em Gestão do Patrimônio da PUC/GO, 2006.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** IN Sociologias nº 16. Junho/dezembro, 2006. p. 20-45.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** Rio
- VIEIRA, Camila. **Cidades Mineradoras.** Belo Horizonte. Revista do IETEC, 2011.
- ZEMELLA, Mafalda P. **O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII.** São Paulo: USP, 1990.

APÊNDICES

1. B. M. - filho de ex-garimpeiro Santa Terezinha de Goiás, setembro de 2011.
2. C. P. – escritora, Santa Terezinha de Goiás, junho de 2011.
3. C. C. – dona de casa, Santa Terezinha de Goiás, abril de 2011.
4. E. S. M. – ex-garimpeiro, Santa Terezinha, junho de 2011.
5. G. S – ex-garimpeiro, Santa Terezinha de Goiás, maio de 2011.
6. G. B. – comerciante Santa Terezinha de Goiás, abril de 2011.
7. G. R. G – ajudante de padeiro, Santa Terezinha de Goiás, abril de 2011.
8. I. J. – comerciante Santa Terezinha de Goiás, junho de 2011.
9. J. B. – ex-bancário, Santa Terezinha de Goiás, maio de 2011.
10. L. C. – ex-garimpeiro, Santa Terezinha de Goiás, junho de 2011.
11. M. A. R – esposa de ex-garimpeiro, Santa Terezinha de Goiás, junho de 2011.
12. M. F. C. – prefeito de Santa Terezinha de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, maio de 2011.
13. M. R. – dona de casa, Santa Terezinha de Goiás, abril de 2011.
14. M. N – funcionária pública municipal, Santa Terezinha de Goiás, abril de 2011.
15. N. M. – esposa de ex-garimpeiro, Santa Terezinha de Goiás, maio de 2011.
16. O. M. – funcionária pública municipal, Santa Terezinha de Goiás, abril de 2011.
17. S. S – funcionária pública municipal, Santa Terezinha de Goiás, junho de 2010.
18. S. R. J. – ex-garimpeiro, Santa Terezinha de Goiás, maio de 2011.
19. U. C. – Funcionário Público municipal, de Santa Terezinha de Goiás, setembro de 2011.

